



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS
Rua 107 n.º 151, - Bairro Setor Sul, Goiânia/GO, CEP 74085-060
Telefone: (62) 3240-2211/2200 - <https://crcgo.org.br/novo/> E-mail: crcgo@crcgo.org

EDITAL

Processo nº 9079602110000085.000005/2024-79

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2024

CONTRATANTE (UASG)
926864

OBJETO

Aquisição de computadores(desktop), notebooks, softwares e periféricos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 365.664,30(trezentos e sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **31/07/2024** às 08:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM para alguns itens.

Sumário

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [6. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [7. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [8. DOS RECURSOS](#)
- [9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024 DISPUTA GERAL

Processo Administrativo nº 9079602110000085.000005/2024-79

Torna-se público que o Conselho Regional de Contabilidade de Goiás por meio do seu Pregoeiro, do Departamento de Licitações e Compras, sediado na Rua 107 nº 151 – Setor Sul – Goiânia/GO, CEP: 74.085-060, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE GOIÁS, por meio do Departamento de Licitações, Compras e Contratos, sediado da Rua 107, n. 151, Bairro Setor Sul, Goiânia/GO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da , Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de Equipamentos de Informática(Desktops e Notebooks) periféricos(impressora termica, leitores de qr code, boleto), eletronicos(estabilizadores) e Software(pacote office microsoft) Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será disputa por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o interessar:

Item	Descrição	quantidade	unitário	total
01	(desktop)	24	R\$ 9.990,30	R\$239.767,36
02	(Laptop 1)	08	R\$ 9.399,02	R\$ 75.192,16
03	(Laptop 2)	01	R\$ 13.012,64	R\$ 13.012,64
04	Impressora térmica	02	R\$ 1.891,93	R\$ 3.783,86
05	Leitor de Boletão	02	R\$ 477,70	R\$ 955,41
06	Leitor de Boletão bancário/código de barras/QRCode	01	R\$ 407,01	R\$ 407,01
07	HD Externo 5TB	05	R\$ 970,65	R\$ 4.853,26
08	Microsoft Office Professional 2019 - Midia vitalícia	18	R\$ 1.188,34	R\$ 21.390,12
09	Estabilizador 1000VA	08	R\$ 787,81	R\$ 6.302,48

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. *valor total dos itens;*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total ou percentual de desconto, conforme o item;

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta *para os valores total o intervalo será de R\$ 100,00(cem reais)*;

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato

contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o sistema verificará se faz jus ao benefício.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 6.9.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.9.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta

vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação sem integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico;

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por

órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte

somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar

o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5(cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, encaminhando para o e-mail: operacional1@crcgo.org.br, o resultado será publicado na *PLATAFORMA*. (www.gov.br/compras), em local próprio (*Esclarecimentos/Impugnação/avisos*).

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame na *PLATAFORMA*. (www.gov.br/compras), em local próprio (*Esclarecimentos/Impugnação/avisos*).

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo email: operacional1@crcgo.org.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://crcgo.org.br/chamamento/>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1. DOS ANEXOS

1.1. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

1.1.1. Anexo I – MODELO DE DECLARAÇÃO REF. A CONDIÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE MENORES

1.1.2. Anexo II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

1.1.3. Anexo III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA QUANTO AO OBJETO A SER FORNECIDO E SUAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES

1.1.4. Anexo IV – MINUTA DE CONTRATO

1.1.5. Anexo V - MODELO DE PROPOSTA

1.1.6. Anexo VI – TERMO DE REFERENCIA 0420992

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, Pregoeiro (validador) e pela autoridade responsável por sua aprovação, com fulcro no Regimento Interno da CRCGO, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO REF. A CONDIÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE MENORES

Ao
Conselho Regional de Contabilidade de Goiás
Equipe de apoio

Ref. Pregão Eletrônico N° 00__/2024.

(*NOME E QUALIFICAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA LICITANTE*) seu representante legal, para fins de direito e participação no edital do presente certame licitatório, declara para fins do disposto na Lei nº 14.133/2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso

ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() Ressalva: emprega menores de 16 anos na condição de aprendiz.

Local e data

Assinatura

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ao
Conselho Regional de Contabilidade de Goiás
Comissão Permanente de Licitações

Ref. Pregão Eletrônico N° 00___/2024.

(NOME E QUALIFICAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA LICITANTE) seu representante legal, para fins de direito e participação no edital do presente certame licitatório, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, não foi declarada inidônea para licitar e contatar com a Administração Pública, bem como, que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de comunicar e declarar a incidência de ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA QUANTO AO OBJETO A SER FORNECIDO E SUAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES

Ao
Conselho Regional de Contabilidade de Goiás
Equipe de apoio

Ref. Pregão Eletrônico N° 00___/2024.

(NOME E QUALIFICAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA LICITANTE) seu representante legal, para fins de participação no edital do presente certame licitatório, declara que tomou conhecimento e está ciente das condições e requisitos técnicos para execução do objeto a ser contratado, consoante o exposto no edital e no memorial descritivo que o integra.

Local e data

Assinatura

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 9079602110000933.000022/2024-78

Unidade Gestora: [CRCGO](#)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS, MÃO DE OBRA E SERVIÇOS AFINS E IMPLANTAÇÃO DO PMOC-PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE DE AMBIENTES REFRIGERADOS, QUE CELEBRAM ENTRE SI A CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS E A [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA].

MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS/MATERIAIS

Contrato nº *** / 2024, que entre si celebram o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS CRCGO e a Empresa ***** *****, para os fins que especifica, sob as seguintes condições:

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – CRCGO, pessoa jurídica de direito Público, Autarquia Federal, com sede à Rua 107, nº 151, Setor Sul – CEP: 74.085-060 – Goiânia – GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.015.676/0001-11, neste ato representado, na forma do seu Estatuto Social, por sua Presidente, infra-assinado, Sucena Silvia Hummel, portadora do RG nº ***** DGPC-GO e do CPF nº ***.***.***-** residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, do outro, a empresa ***** *****, inscrita no CNPJ nº **.*.*.*./****-**, estabelecida ***** na cidade de ***** neste ato representada por ***** residente em *****-**, denominada apenas **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores, bem como com a Lei Complementar nº 123/2006, O presente **Contrato**, conforme processo, na Modalidade de Pregão Eletrônico, PA 9079602110000933.000022/2024-78, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de computadores(desktop), notebooks, softwares e periféricos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital e anexos do Pregão, identificado no preâmbulo, e a proposta vencedora, independentemente de transcrição, bem como no anexo deste contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de até 12 (doze) meses, contados a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor da(s) aquisições é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (...), conforme quadro demonstrativo abaixo:

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor do item 2 acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, 6.3.1.3.01.01.012 - Materiais para manutenção de bens imóveis e 6.3.1.3.02.01.030 - Manutenção e conservação dos bens imóveis no Projeto n.º 5008, de acordo com Orçamento Anual para 2024 do CRCGO.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações, ensejará a suspensão imediata do contrato; além de aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, de 2021.

10.2 Comete, ainda, infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

- 10.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.9 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.10 as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.11 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.12 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.13 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 10.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.7 Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 10.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 10.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 10.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que

assegurar a o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1983, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 No artigo 137 da Lei 14.133/2021:

a) Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021:

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no PNCP, no prazo previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

ANEXO V MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRONICO Nº 90009/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 9079602110000933.000022/2024-78

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: A presente licitação visa a aquisição de equipamentos, obedecidas às especificações dos itens conforme Anexo - I do Edital.

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº., estabelecida na....., nº....., telefone/fax nº....., e-mail....., propõe fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

aquisição de equipamentos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	
01	.	unid				
02		unid				
03		unid				
04		unid				
05		unid				
06		unid				
07		unid				
08		unid				
09		unid				

I – O prazo de validade de nossa proposta é de () dias corridos, a contar da data da abertura dos envelopes nº. 01 (proposta).

II – Prazo de Pagamento: Conforme Edital.

III – Declaramos que o VALOR TOTAL DA PROPOSTA é irrevogável, e estão incluídos:

- a) os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais;
- b) as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e,
- c) todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.

IV – Declaramos, que possuímos condições de atender os serviços estabelecidos no prazo assinalado, de que o(s) preço(s) cotado(s) inclui(em) todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação, de que os e cotados atendem integralmente às especificações descritas no Anexo - I deste edital, bem como seu compromisso de prestar os serviços que lhe for(em) adjudicado(s).

V- Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do Edital do Pregão nº 0001/2024 e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

ME:

F: RG:

DEREÇO COMERCIAL:

DEREÇO RESIDENCIAL:

NE:

MAIL:

DADOS BANCÁRIOS

BANCO NÚMERO DO BANCO:

AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:

Local, xx de xxxx de 2024.

Ass. Responsável / Repres. Legal

Cargo:

CPF:

Carimbo da Empresa

NOTA: O proponente deverá rubricar a 1ª via desta planilha/proposta.

(papel timbrado da licitante)

ANEXO VI
TERMO DE REFERENCIA

Referência: Processo nº 9079602110000085.000005/2024-79

SEI nº 0420962

Termo de Referência 70/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
70/2024	926864-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO	ADMILTON MARQUES DA SILVA	17/07/2024 16:57 (v 5.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		000005/2024-79

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de computadores(desktop), notebooks, softwares e periféricos, especificados no item 3 deste TR e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição, visa substituir os computadores, notebooks, softwares e periféricos do CRCGO que excederam a vida útil e estão sem suporte técnico e/ou garantia do fabricante.

Os equipamentos a serem adquiridos são de extrema importância e utilidade para que os colaboradores possam cumprir adequadamente suas tarefas e obrigações. Convém destacar que a quase totalidade das atividades desempenhadas no CRCGO dependem de ferramentas computacionais que possibilitem o acesso à rede corporativa, à internet, à intranet, aos sistemas corporativos, além de programas e aplicativos que auxiliam na execução de tarefas inerentes às responsabilidades da pasta.

Tais equipamentos tem um processo intrínseco e acelerado de renovação tecnológica, tanto de hardware como de software, e por este motivo é necessário que haja uma constante e regular substituição desses. Ressalta-se que a vida útil dos equipamentos tratados no processo em tela varia entre 3 e 4 anos. Ainda, no que se refere à depreciação dos equipamentos de informática, resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza, novas tecnologias em software ou obsolescência normal, verifica-se no estudo elaborado pela empresa Gartner intitulado "Recommended Life Spans for Mobile, PC and Other Endpoint-Computing Devices" que a previsão do seu uso está entre 3 anos para notebooks e 4 a 5 anos para microcomputadores.

A atualização tecnológica é necessária também devido ao avanço contínuo de softwares e

aplicativos, onde o hardware não consegue fornecer o suporte necessário à plena execução. A substituição desses equipamentos contribuirá para a redução do número de chamados para a central de atendimento do suporte técnico que pode dedicar-se às atividades preventivas a fim de melhorar a qualidade dos serviços de tecnologia da informação. Em suma, a nova aquisição visa prover às diversas áreas deste conselho, recursos tecnológicos mais apropriados.

a)O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

A necessidade da contratação proposta está referenciada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do CRCGO - 2024/2025: "Garantir que a segurança no acesso, no tratamento e no armazenamento de dados do Conselho Regional de Contabilidade ocorram em conformidade com políticas e normas que assegurem a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade das informações".

Estratégias associadas:

- Garantir a segurança da informação e das comunicações;
 - Garantir a confidencialidade, disponibilidade e a integridade da informação;
 - Garantir que as ações de desenvolvimento de sistemas estejam em conformidade com as normas de segurança da informação;
- Prover suporte tecnológico visando apoiar as diretrizes e regras gerais para o tratamento de dados pessoais no âmbito do CRCGO, com o objetivo de proteger a privacidade dos dados de profissionais da contabilidade, organizações contábeis, empregados, parceiros, fornecedores e sociedade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

A contratação consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás para o exercício de 2024, aprovado pela Portaria 042 de 02 de fevereiro de 2024, Anexo I.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução escolhida como viável como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Relação de Equipamentos

RESUMO DOS EQUIPAMENTOS PARA AQUISIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Microcomputador - Tipo 1	24
2	Notebook - tipo 1	08
3	Notebook - Tipo 2	01
4	Impressora Térmica	02
5	leitor de boleto bancário	02
6	Leitor de Boleto bancário/código de barras e QRCode	01

7	HD Externo 5TB	05
8	Microsoft Office 2019 Professional	18
9	Estabilizador 1000VA	08

Especificações Técnicas Mínimas

DESKTOP

QUANTIDADE	ITEM 01
24	MICROCOMPUTADOR - TIPO 1

1. Placa Mãe

- 1.1. Placa mãe deverá ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou em regime de OEM, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado;
- 1.2. Deverá possuir no mínimo 02 (dois) slots para memória tipo DDR5 com capacidade para expansão de até 64 GB (sessenta e quatro gigabytes);
- 1.3. Deverá suportar memória RAM de arquitetura DDR4 4400 MHz ou superior e modo dual channel;
- 1.4. Possuir no mínimo 01 (um) slot M.2 PCIe NVMe para unidade de armazenamento estado sólido;
- 1.5. Deverá possuir módulo discreto TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior instalado de fábrica, destinado ao armazenamento de senhas, certificados digitais e chaves criptográficas em conformidade com as especificações do Trusted Computing Group. Não sendo aceito solução via software.

2. Bios e Segurança

- 2.1. Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou via Copyright, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante da BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou adaptações, ou ajustes ou customizações. O fabricante do computador deverá direito de edição irrestrito sobre a BIOS, garantindo assim segurança, adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido;
- 2.2. A BIOS deve possuir uma cópia de segurança armazenada no próprio hardware ofertado, garantindo assim seja capaz de restaurar automaticamente caso seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização;
- 2.3. Deverá permitir acesso remoto por meio de conexão TCP/IP à interface gráfica do microcomputador (KVM over IP), com controle total de teclado e mouse, independentemente do estado, tipo e versão do sistema operacional instalado no microcomputador, com acesso à BIOS e visualização das telas de POST e telas gráficas do sistema operacional;
- 2.4. Deverá possuir log de auditoria para cada acesso out-Of-Band, esse log de acesso deverá ser gravado no chip;
- 2.5. Em alinhamento com a Lei nº 13.709/2018, a tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado;
- 2.6. Possui ferramenta que possibilita realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento, de maneira que as informações não possam ser recuperadas, mesmo quando utilizados recursos profissionais para essa finalidade, desenvolvida em acordo com o padrão de segurança ISO/IEC 27040:2015 ou NIST 800-88 e suas derivações. Caso esta ferramenta não seja nativa da BIOS, deverá ser oficialmente homologada pelo Fabricante do equipamento;
- 2.7. O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS;

- 2.8. Suporte a atualizações de BIOS dentro do DOS (Flashbin) e do Windows;
- 2.9. A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de patrimônio por exemplo;
- 2.10. BIOS desenvolvida pelo fabricante deve estar em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e o mesmo deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros;
- 2.11. Capacidade de boot pela rede e por USB;
- 2.12. Dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, unidade de armazenamento, processador e memória com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário;
- 2.13. O chipset deverá suportar configurações de inicialização, gerenciamento de energia, inventário de hardware e configuração remota através de hardware mesmo fora da rede corporativa;
- 2.14. Possuir sistema de controle de intrusão, compatível com o sensor de intrusão do gabinete, de forma a permitir a detecção de abertura do gabinete;
- 2.15. Possuir senhas de Setup para Administrador e Disco rígido.

3. Processador

- 3.1. No mínimo 14 (quatorze) núcleos reais e 20 (vinte) cabeça de leitura (threads), com frequência máxima de processamento de no mínimo 5 GHz, com cache de no mínimo 24 (vinte e quatro) MB e operacionalizar na arquitetura 64 bits;
- 3.2. Processamento gráfico integrado ao processador;
- 3.3. Suporte AES (AdvancedEncryption Standard) para criptografia e descriptografia de dados, ou superior;
- 3.4. Deve suportar tecnologias de virtualização e instruções SSE 4.2 e AVX 2;
- 3.5. O modelo ofertado deverá ser de última ou no máximo a penúltima geração.

4. Memória

- 4.1. Deverá ser entregue com no mínimo 16 GB (dezesesseis gigabytes) de memória RAM instalada e operando em modo single channel;
- 4.2. Não será aceito memória soldada/integrada a placa mãe;
- 4.3. Do tipo DDR5 e com a frequência mínima de 5600 MT/s.

5. Unidade de Armazenamento

- 5.1. Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento principal (interno) com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB (quinhentos e doze gigabytes) utilizando-se de tecnologia SSD (SolidState Drive) do tipo PCIeNVMe M.2 (Non-VolatileMemory Express).

6. Controlador de Vídeo

- 6.1. Controladora de vídeo integrada ao processador, (on-board), com memória compartilhada, com capacidade para controlar no mínimo 2 (dois) monitores simultaneamente e suporte aos padrões OpenGL 4.5 e DirectX 12, ou versões superiores.

7. Interfaces

- 7.1. Controladora de Rede, integrada à placa mãe com velocidade de 10/100/1000 Mbps, padrão Gigabit Ethernet, autosenso, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45, com suporte WOL (Wake On Lan) e PXE2.1;
- 7.2. Controladora de Rede sem fio (Wireless) padrão 802.11ax (2x2), com suporte a tecnologia MU-MIMO, bandas de 2.4GHz, 5GHz e 6GHz, taxa de transferência de até 2400 Mbps e Bluetooth 5.3 integrado;
- 7.3. Controladora de som com conectores para fone de ouvido e microfone na parte frontal do gabinete. Serão aceitos conectores no formato combo;
- 7.4. Mínimo de 6 (seis) interfaces USB. Do total pelo menos 4 (quatro) interfaces devem ser USB

3.2 e pelo menos 2 (duas) destas interfaces deve ser frontais, além de possuir no mínimo 1 (uma) interface USB com tecnologia Smart Power On ou superior;

7.5. No mínimo 02 (dois) conectores de vídeo, sendo no mínimo 1 (um) HDMI e 1 (um) DisplayPort.

8. Gabinete

8.1. Deverá possuir em sua composição, materiais sustentáveis de modo a contribuir com a diminuição do impacto ao meio ambiente,

8.2. Deve ser do tipo Small form Factor ou Torre;

8.3. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete;

8.4. Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia;

8.5. Deverá possuir slot para trava ou cabo de segurança Kensington.

9. Fonte de Alimentação

9.1. Fonte de alimentação, com tensões de entrada de 110/240 VAC, com potência mínima de 300 watts, com eficiência superior a 92% e certificação 80 Plus Platinum;

9.2. Deve estar acompanhado com cabo de alimentação padrão NBR 14136.

10. Teclado

10.1. Padrão ABNT2

10.2. Deve possuir bloco numérico separado das demais teclas;

10.3. Regulagem de inclinação ou altura do teclado;

10.4. Conectado ao computador através de interface Wireless;

10.5. Deverá possuir recurso de segurança criptográfica AES-128;

10.6. Tecla Windows logo (acesso ao Menu Iniciar);

10.7. Deverá possuir software do fabricante para gerenciamento do periférico.

11. Mouse

11.1. Tecnologia óptica ou laser, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e scroll central (próprio para rolagem), possuindo resolução de pelo menos quatro mil DPI;

11.2. Conectado ao computador através de interface Wireless;

11.3. Deverá possuir software do fabricante para gerenciamento do periférico;

11.4. Tamanho padrão (não mini-mouse);

11.5. Deve ser fornecido mouse-pad do fabricante.

12. Softwares

12.1. Sistema Operacional Microsoft® Windows Professional, com licença de uso 64 Bits, para uso corporativo, em sua última versão, no idioma Português do Brasil, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado de todos os drivers de dispositivos do equipamento;

12.2. As mídias fornecidas deverão ser originais da Microsoft e para verificação de autenticidade dos softwares instalados, é necessária a entrega de declaração do fabricante do equipamento confirmando a instalação do software original no equipamento ou apresentar um certificado expedido pela Microsoft comprovando a originalidade dos softwares embarcados no equipamento.

13. Monitor

13.1. Tela IPS, tamanho mínimo de 23,8 polegadas, proporção 16:9, brilho de 250 nits, 16,7 milhões de cores, gama de cor de no mínimo 99% sRGB;

13.2. Resolução gráfica mínima Full HD e taxa de atualização mínima de 75 Hz;

13.3. Deve possuir no mínimo 02 (duas) entradas de vídeo do tipo digital;

13.4. Deverá possuir conector de áudio e ajuste de inclinação;

13.5. O equipamento deverá possuir hardware que projete pouca luz azul que são nocivas a visão

- humana e possuir tecnologia que impede o efeito de cintilação constante. Tal comprovação deverá ser feita através da apresentação de certificação realizada por órgão nacional ou internacional;
- 13.6. O fabricante deverá disponibilizar software próprio para o gerenciamento de recursos da tela como configurações de múltiplas janelas, transições de tela e monitoramento do hardware;
- 13.7. Fonte de Alimentação interna para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC, 60Hz, com ajuste automático;
- 13.8. Ser do tipo Antirreflexivo;
- 13.9. Possuir botão liga/desliga e luz de indicação para estados ligado/desligado/standby/sleep, na parte frontal do monitor;
- 13.10. Possuir funcionalidades para auto-ajuste de tela e controles digitais de brilho e contraste;
- 13.11. Deverá ser disponibilizado junto ao monitor 01 (um) cabo de conexão HDMI e 01 (um) um cabo de alimentação padrão NBR 14136.

14. Requisitos Gerais Obrigatórios

- 14.1. Todos os produtos ofertados deverão pertencer à linha corporativa do fabricante, não sendo aceito produtos destinados ao uso doméstico;
- 14.2. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;
- 14.3. Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;
- 14.4. Computador e monitor deverão possuir certificação de sustentabilidade ambiental EPEAT na categoria Gold ou de consumo eficiente de energia ENERGY STAR;
- 14.5. Todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único fabricante ou em regime de OEM, não sendo permitida a integração de itens não homologados (ex.: memórias, disco rígido, unidades óptica) de terceiros que venha a ocasionar perda parcial ou total da garantia ou qualquer ônus financeiro adicional durante a vigência da garantia. Além disso, não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento às configurações solicitadas neste edital;
- 14.6. Gabinete, monitor, teclado e mouse deverão ser do mesmo fabricante e devem possuir gradações neutras das cores preta ou cinza, mantendo o padrão de cor predominante do gabinete;
- 14.7. É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL (UniformResourceLocator). A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará na desclassificação da empresa proponente;
- 14.8. Sob pena de desclassificação, a proposta cadastrada deverá possuir todas as reais características do(s) equipamento(s) ofertado(s), assim como informar marca e modelo do equipamento. O simples fato de “COPIAR” e “COLAR” o descritivo contido no edital não será caracterizado como descritivo da proposta;
- 14.9. Deverão ser informados todos os componentes relevantes da solução proposta com seus respectivos códigos do fabricante (marca, modelo, fabricante e partnumbers), descrição e quantidades;
- 14.10. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos sem sistema de lacre ou qualquer outro artifício que impossibilite abertura deles quando necessária a realização de intervenções técnicas, atualizações tecnológicas em outros por parte do setor competente do CRGO;
- 14.11. Apresentação de no mínimo um atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com os objetos da licitação emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente;
- 14.12. Todos os cabos necessários à conexão entre os componentes objetos deste termo de referência deverão acompanhar o produto;

14.13. Deverão ser fornecidos, em papel impresso ou meio digital, manuais técnicos do usuário e preferencialmente contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração, assim como o fabricante deverá possuir o catálogo ou descrição do modelo ofertando na Internet para consulta.

15. Garantia e Suporte

15.1. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CRC-GO, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo se quando o defeito for provocado por uso inadequado;

15.2. Quando tratar-se de problema em unidade de armazenamento, a unidade defeituosa deverá ser mantida com o CRC/GO para garantia do sigilo das informações;

15.3. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para o computador e periféricos, fornecida pelo FABRICANTE, com atendimento de suporte técnico de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados, das 8hs às 18hs, incluindo reparo por quedas acidentais, derramamento de líquido sobre ou dentro da unidade, quedas e sobrecargas de energia elétrica, quando em período de garantia, sem custo adicional, por ao menos um evento por ano. A LICITANTE deverá informar na proposta o período da garantia. No momento da análise da proposta será verificado junto ao FABRICANTE do equipamento, através de consulta, a disponibilidade de oferta da garantia e no momento da entrega do equipamento também será verificado o prazo;

15.4. A garantia do equipamento começará a contar após análise e aceite do equipamento pela equipe de fiscais do CRCGO;

15.5. O fabricante deverá oferecer em seu site local para que se possa verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

15.6. O fabricante deve possuir central de atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros deles constando a descrição do problema;

15.7. O SLA de primeiro atendimento deverá ser em até 01 (um) dia útil, sendo aceito atendimento inicial através de contato telefônico (0800), realizado pelo CRC/GO, no qual, com a colaboração da equipe de TI do CRCGO identifica o problema do equipamento. Caso seja identificado, nesta fase de diagnóstico, a necessidade de reparo por danos de fabricação, será acionado imediatamente o atendimento on-site para troca de peças, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis;

15.8. No caso de substituição de peças, deverão ser fornecidos componentes sempre novos e de primeiro uso, apresentando padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos originais;

15.9. Deverá ser ofertado pelo mesmo período de garantia, ferramenta ou software do fabricante, habilitado para o equipamento, de modo a realizar as funções de atualizações de BIOS e Drivers, monitoramento da saúde do equipamento, controle de inventario, monitoramento preditivo e proativo do hardware orientado por IA, detecção e abertura automatizada de chamados para troca de peças ao fabricante em casos de pré-falhas, detecção de problemas em componentes, detecção e alerta de vírus e malware e disponibilização de painel com pontuação de integridade e segurança dos equipamentos gerenciados;

15.10. O fabricante também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “chat”, “e-mail” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting;

15.11. Devido à necessidade de atendimento de suporte ao CRCGO, caso o licitante não seja o mesmo fabricante do equipamento ofertado, este deverá enviar juntamente com a sua proposta uma declaração do fabricante do equipamento garantindo que prestará o serviço de suporte e garantia nas condições, localidades e atendimento nos termos deste edital ou comprovar através de PART NUMBER a totalidade dos serviços contratados.

NOTEBOOK

QUANTIDADE	ITEM 02
8	NOTEBOOK TIPO 1

1 Bios

- 1.1. Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou via Copyright, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante da BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou adaptações, ou ajustes ou customizações. O fabricante do computador deverá ter direito de edição irrestrito sobre a BIOS, garantindo assim segurança, adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido;
- 1.2. Deve possuir no próprio hardware ofertado cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização;
- 1.3. O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS;
- 1.4. A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de patrimônio por exemplo;
- 1.5. BIOS desenvolvida pelo fabricante deve estar em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e o mesmo deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros;
- 1.6. Possuir sistema ou sensor para controle de invasão ao chassi de forma a permitir a detecção de abertura do equipamento;
- 1.7. Dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, unidade de armazenamento, processador e memória com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário;
- 1.8. Possuir senhas de Setup para Administrador e Disco rígido.

2. Processador

- 2.1. No mínimo 12 (doze) núcleos e 14 (catorze) cabeça de leitura (threads), com frequência máxima de processamento de no mínimo 4.3 GHz, com cache de no mínimo 12 (doze) MB e operacionalizar na arquitetura 64 bits;
- 2.2. Processamento gráfico integrado ao processador;
- 2.3. Suporte AES (AdvancedEncryption Standard) para criptografia e descryptografia de dados, ou superior;
- 2.4. Deve suportar tecnologias de virtualização e instruções SSE 4.2 e AVX 2;
- 2.5. O modelo ofertado deverá ser de última ou no máximo a penúltima geração.

3. Memória

- 3.1. Deverá ser entregue com no mínimo 16 GB (dezesesseis gigabytes) de memória RAM instalada operando em modo single channel;
- 3.2. Não será aceito memória soldada/integrada a placa mãe;
- 3.3. Do tipo DDR5 e com a frequência mínima de 5600 MT/s.

4. Unidade de Armazenamento

- 4.1. Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento principal (interno) com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB (quinhentos e doze gigabytes) utilizando-se de tecnologia SSD (SolidState Drive) do tipo PCIe NVMe M.2 (Non- VolatileMemory Express).

5. Placa Principal e Chassi

- 5.1. Deverá ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou em regime de OEM, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado;

- 5.2. Deverá possuir no mínimo 2 (dois) slots para memória do tipo DDR5 com capacidade de expansão de 64 (sessenta e quatro) GB e suportar tecnologia Dual Channel;
- 5.3. Possuir no mínimo 1 (um) slot M.2 PCIe NVMe para unidade de armazenamento estado sólido;
- 5.4. Deverá possuir módulo discreto TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior instalado de fábrica, destinado ao armazenamento de senhas, certificados digitais e chaves criptográficas em conformidade com as especificações do Trusted Computing Group. Não sendo aceito solução via software;
- 5.5. Deve possuir slot de segurança tipo kensington ou noblewedge no chassi do notebook.

6. Controlador de Vídeo

- 6.1. Interface controladora de vídeo do tipo integrada ao processador;
- 6.2. Deverá possuir memória de no mínimo 2 (dois) gigabytes de memória dedicada ou compartilhada.

7. Tela de Vídeo

- 7.1. Tela Plana IPS com tamanho de 14 polegadas, no mínimo 250 nits e com tecnologia de antirreflexo;
- 7.2. Resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels).

8. Interfaces

- 8.1. Controladora de Rede, integrada à placa mãe com velocidade de 100/1000 Mbps/s, padrão Gigabit Ethernet, autosense, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e suporte WOL (Wake On Lan) e PXE;
- 8.2. Controladora de Rede sem fio (Wireless) padrão 802.11ax (2x2), com suporte a tecnologia MU-MIMO, bandas de 2.4GHz, 5GHz e 6GHz, taxa de transferência de até 2400 Mbps e Bluetooth 5.2 integrado;
- 8.3. Dispositivo Apontador tipo "touchpad" integrado ao chassi;
- 8.4. Alto-falantes interno ao notebook;
- 8.5. Câmera de vídeo integrada ao chassi do notebook, com resolução mínima Full HD;
- 8.6. Controladora de áudio estéreo, com conectores para mic-in e line-out, sendo aceito conector do tipo combo;
- 8.7. No mínimo 3 (três) portas USB do Tipo A com velocidade mínima de 5 Gbps ou 1 (uma) USB 3.2 do Tipo A e 2 (duas) portas Thunderbolt 4;
- 8.8. No mínimo 1 (uma) porta USB do tipo C com taxa de transferência de 20 Gbps ou superior e suporte a PowerDelivery e DisplayPort;
- 8.9. No mínimo 1 (uma) interface de vídeo HDMI 2.0;
- 8.10. No mínimo 1 (um) leitor de impressões digitais;
- 8.11. Não serão aceitos adaptadores para atendimento deste item.

9. Fonte de Alimentação e Bateria

- 9.1. Fonte externa de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 110/220 Volts com ajuste automático;
- 9.2. Bateria principal de Íon de Lítio, ou tecnologia superior, interna ao chassi, com 03 células e capacidade mínima de carga de pelo menos 54Wh;
- 9.3. A fonte externa deve ser interligada com cabo de alimentação padrão NBR 14136.

10. Teclado

- 10.1. Teclado retro iluminado, com teclas de função multimídia e membrana ou sistema que possibilite resistência à derramamento de líquidos;
- 10.2. Mouse padrão Touchpad, com tecnologia multitoque com área de rolagem integrada (scroll).

11. Softwares

- 11.1. Sistema Operacional Microsoft® Windows Professional, com licença de uso 64 Bits, para

uso corporativo, em sua última versão, no idioma Português do Brasil, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado de todos os drivers de dispositivos do equipamento;

11.2. As mídias fornecidas deverão ser originais da Microsoft e para verificação de autenticidade dos softwares instalados, é necessária a entrega de declaração do fabricante do equipamento confirmando a instalação do software original no equipamento ou apresentar um certificado expedido pela Microsoft comprovando a originalidade dos softwares embarcados no equipamento.

12. Acessórios

12.1. Mouse óptico ou laser, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e scroll central (próprio para rolagem), possuindo resolução de até quatro mil DPI sem fio e bateria com autonomia de no mínimo 36 meses ou ser do tipo recarregável;

12.2. Deverá ser fornecido mochila para transporte do notebook e seus respectivos acessórios, possuindo divisões adequadas para tal, nas cores preta ou cinza sem detalhes coloridos.

13. Requisitos Gerais Obrigatórios

13.1. Todos os produtos ofertados deverão pertencer à linha corporativa do fabricante, não sendo aceito produtos destinados ao uso doméstico;

13.2. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;

13.3. Notebook e acessórios deverão ser do mesmo fabricante, e devem possuir gradações neutras das cores preta ou cinza, mantendo o padrão de cor predominante do gabinete;

13.4. Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;

13.5. Todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único fabricante ou em regime de OEM, não sendo permitida a integração de itens não homologados (ex.: memórias, disco rígido, unidades óptica) de terceiros que venha a ocasionar perda parcial ou total da garantia ou qualquer ônus financeiro adicional durante a vigência da garantia. Além disso, não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento às configurações solicitadas neste edital;

13.6. É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL (UniformResourceLocator). A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará na desclassificação da empresa proponente;

13.7. Sob pena de desclassificação, a proposta cadastrada deverá possuir todas as reais características do(s) equipamento(s) ofertado(s), assim como informar marca e modelo do equipamento. O simples fato de “COPIAR” e “COLAR” o descritivo contido no edital não será caracterizado como descritivo da proposta;

13.8. Deverão ser informados todos os componentes relevantes da solução proposta com seus respectivos códigos do fabricante (marca, modelo, fabricante e partnumbers), descrição e quantidades;

13.9. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos sem sistema de lacre ou qualquer outro artifício que impossibilite abertura deles quando necessária a realização de intervenções técnicas, atualizações tecnológicas em outros por parte do setor competente do CRCGO;

13.10. Apresentação de no mínimo um atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com os objetos da licitação emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente;

13.11. Deverão ser fornecidos, em papel impresso ou meio digital, manuais técnicos do usuário e

preferencialmente contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração, assim como o fabricante deverá possuir o catálogo ou descrição do modelo ofertado na Internet para consulta.

14. Garantia e Suporte

14.1. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os notebooks, todos seus componentes (tela, teclado, bateria, memória ram e outros) e os acessórios, fornecida pelo FABRICANTE, com atendimento de suporte técnico de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados, das 8hs às 18hs, incluindo reparo por quedas acidentais, derramamento de líquido sobre ou dentro da unidade, quedas e sobrecargas de energia elétrica, quando em período de garantia, sem custo adicional, por ao menos um evento por ano. A LICITANTE deverá informar na proposta o período da garantia. No momento da análise da proposta será verificado junto ao FABRICANTE do equipamento, através de consulta, a disponibilidade de oferta da garantia e no momento da entrega do equipamento também será verificado o prazo;

14.2. A garantia do equipamento começará a contar após análise e aceite do equipamento pela equipe de fiscais do CRCGO;

14.3. O fabricante deverá oferecer em seu site local para que se possa verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

14.4. O fabricante deve possuir central de atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;

14.5. O SLA de primeiro atendimento deverá ser em até 01 (um) dia útil, sendo aceito atendimento inicial através de contato telefônico (0800), realizado pelo CRCGO, no qual, com a colaboração da equipe de TI do CRCGO identifica o problema do equipamento. Caso seja identificado, nesta fase de diagnóstico, a necessidade de reparo por danos de fabricação, será acionado imediatamente o atendimento on-site para troca de peças, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis;

14.6. Deverá ser ofertado pelo mesmo período de garantia, ferramenta ou software do fabricante, habilitado para o equipamento, de modo a realizar as funções de atualizações de BIOS e Drivers, monitoramento da saúde do equipamento, controle de inventario, monitoramento preditivo e proativo do hardware orientado por IA, detecção e abertura automatizada de chamados para troca de peças ao fabricante em casos de pré-falhas, detecção de problemas em componentes, detecção e alerta de vírus e malware e disponibilização de painel com pontuação de integridade e segurança dos equipamentos gerenciados;

14.7. O fabricante também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “chat”, “e-mail” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting;

14.8. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CRCGO, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo se quando o defeito for provocado por uso inadequado;

14.9. Quando tratar-se de problema em unidade de armazenamento, a unidade defeituosa deverá ser mantida com o CRCGO para garantia do sigilo das informações;

14.10. Devido à necessidade de atendimento de suporte à CRCGO caso o licitante não seja o mesmo fabricante do equipamento ofertado, este deverá enviar juntamente com a sua proposta uma declaração do fabricante do equipamento garantindo que prestará o serviço de suporte e garantia nas condições, localidades e atendimento nos termos deste edital ou comprovar através de PART NUMBER a totalidade dos serviços contratado.

NOTEBOOK

QUANTIDADE	ITEM 03
1	NOTEBOOK TIPO 2

1. Bios

- 1.1. Deve possuir no próprio hardware ofertado cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização;
- 1.2. O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS;
- 1.3. A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de patrimônio por exemplo;
- 1.4. Deverá permitir acesso remoto por meio de conexão TCP/IP à interface gráfica do microcomputador (KVM over IP), com controle total de teclado e mouse, independentemente do estado, tipo e versão do sistema operacional instalado no microcomputador, com acesso à BIOS e visualização das telas de POST e telas gráficas do sistema operacional;
- 1.5. Deverá possuir log de auditoria para cada acesso out-Of-Band, esse log de acesso deverá ser gravado no chip;
- 1.6. Em alinhamento com a Lei nº 13.709/2018, a tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado;
- 1.7. BIOS desenvolvida pelo fabricante deve estar em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e o mesmo deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros;
- 1.8. Dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, unidade de armazenamento, processador e memória com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário;
- 1.9. Possuir senhas de Setup para Administrador e Disco rígido.

2. Processador

- 2.1. No mínimo 12 (doze) núcleos e 14 (catorze) cabeça de leitura (threads), com frequência máxima de processamento de no mínimo 4.9 GHz, com cache de no mínimo 12 (doze) MB e operacionalizar na arquitetura 64 bits;
- 2.2. Processamento gráfico integrado ao processador;
- 2.3. Suporte AES (AdvancedEncryption Standard) para criptografia e descriptografia de dados, ou superior;
- 2.4. Deve suportar tecnologias de virtualização e instruções SSE 4.2 e AVX 2;
- 2.5. O modelo ofertado deverá ser de última ou no máximo a penúltima geração.

3. Memória

- 3.1. Deverá ser entregue com no mínimo 16 GB (dezesesseis gigabytes) de memória RAM instalada e operando em modo dual channel;
- 3.2. Do tipo DDR5 e com a frequência mínima de 6.400 MT/s.

4. Unidade de Armazenamento

- 4.1. Deve possuir 01 (uma) unidade de armazenamento principal (interno) com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB (quinhentos e doze gigabytes) utilizando-se de tecnologia SSD (SolidState Drive) do tipo PCIe NVMe M.2 (Non- VolatileMemory Express).

5. Placa Principal e Chassi

- 5.1. Deverá ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou em regime de OEM, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado;
- 5.2. Possuir no mínimo 1 (um) slot M.2 para unidade de armazenamento estado sólido;
- 5.3. Deverá possuir módulo discreto TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior instalado de fábrica, destinado ao armazenamento de senhas, certificados digitais e chaves

criptográficas em conformidade com as especificações do Trusted Computing Group. Não sendo aceito solução via software;

5.4. Deve possuir slot de segurança tipo kensington ou noblewedge no chassi do notebook.

6. Controlador de Vídeo

6.1. Interface controladora de vídeo do tipo integrada ao processador;

6.2. Deverá possuir memória de no mínimo 2 (dois) gigabytes de memória dedicada ou compartilhada.

7. Tela de Vídeo

7.1. Tela IPS com tamanho máximo de 13,5 polegadas, no mínimo 300 nits, touch, 2 em 1 e tecnologia de antirreflexo;

7.2. Resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels).

8. Interfaces

8.1. Controladora de Rede, integrada à placa mãe com velocidade de 100/1000 Mbits/s, padrão Gigabit Ethernet, autosense, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e suporte WOL (Wake On Lan) e PXE;

8.2. Controladora de Rede sem fio (Wireless) padrão 802.11ax (2x2), com suporte a tecnologia MU-MIMO, bandas de 2.4GHz, 5GHz e 6GHz, taxa de transferência de até 2400 Mbps e Bluetooth 5.2 integrado;

8.3. Dispositivo Apontador tipo "touchpad" integrado ao chassi, com dois botões e uma área sensível ao toque;

8.4. Deverá possuir alto-falantes interno ao notebook e leitor de impressões digitais;

8.5. Câmera de vídeo integrada ao chassi do notebook, com resolução mínima Full HD e obturador;

8.6. Controladora de áudio estéreo, com conectores para mic-in e line- out, sendo aceito conector do tipo combo;

8.7. No mínimo 2 (duas) portas USB do Tipo A com velocidade mínima de 5 Gbps e 2 (duas) portas Thunderbolt 4;

8.8. No mínimo uma porta HDMI 2.0;

8.9. Não serão aceitos adaptadores para atendimento deste item.

9. Fonte de Alimentação e Bateria

9.1. Fonte externa de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 110/220 Volts com ajuste automático;

9.2. Bateria principal de Íon de Lítio, ou tecnologia superior, interna ao chassi, com 03 células e capacidade mínima de carga de pelo menos 54Wh;

9.3. A fonte externa deve ser interligada com cabo de alimentação padrão NBR 14136.

10. Teclado

10.1. Teclado retro iluminado, com teclas de função multimídia e membrana ou sistema que possibilite resistência à derramamento de líquidos;

10.2. Mouse padrão Touchpad, com tecnologia multitoque com área de rolagem integrada (scroll).

11. Softwares

11.1. Sistema Operacional Microsoft® Windows Professional, com licença de uso 64 Bits, para uso corporativo, em sua última versão, no idioma Português do Brasil, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado de todos os drivers de dispositivos do equipamento;

11.2. As mídias fornecidas deverão ser originais da Microsoft e para verificação de autenticidade dos softwares instalados, é necessária a entrega de declaração do fabricante do equipamento confirmando a instalação do software original no equipamento ou apresentar um certificado expedido pela Microsoft comprovando a originalidade dos softwares embarcados no equipamento.

12. Acessórios

- 12.1. Mouse óptico ou laser, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e scroll central (próprio para rolagem), possuindo resolução de até quatro mil DPI sem fio e bateria com autonomia de no mínimo 36 meses ou ser do tipo recarregável;
- 12.2. Deverá ser fornecido mochila para transporte do mesmo e seus respectivos acessórios, possuindo divisões adequadas para tal, nas cores preta ou cinza sem detalhes coloridos.

13. Requisitos Gerais Obrigatórios

- 13.1. Todos os produtos ofertados deverão pertencer à linha corporativa do fabricante, não sendo aceito produtos destinados ao uso doméstico;
- 13.2. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;
- 13.3. Notebook e acessórios deverão ser do mesmo fabricante, e devem possuir gradações neutras das cores preta ou cinza, mantendo o padrão de cor predominante do gabinete;
- 13.4. Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;
- 13.5. Todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único fabricante ou em regime de OEM, não sendo permitida a integração de itens não homologados (ex.: memórias, disco rígido, unidades óptica) de terceiros que venha a ocasionar perda parcial ou total da garantia ou qualquer ônus financeiro adicional durante a vigência da garantia. Além disso, não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento às configurações solicitadas neste edital;
- 13.6. É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL (UniformResourceLocator). A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará na desclassificação da empresa proponente;
- 13.7. Sob pena de desclassificação, a proposta cadastrada deverá possuir todas as reais características do(s) equipamento(s) ofertado(s), assim como informar marca e modelo do equipamento. O simples fato de “COPIAR” e “COLAR” o descritivo contido no edital não será caracterizado como descritivo da proposta;
- 13.8. Deverão ser informados todos os componentes relevantes da solução proposta com seus respectivos códigos do fabricante (marca, modelo, fabricante e partnumbers), descrição e quantidades;
- 13.9. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos sem sistema de lacre ou qualquer outro artifício que impossibilite abertura deles quando necessária a realização de intervenções técnicas, atualizações tecnológicas em outros por parte do setor competente do CRCGO;
- 13.10. Apresentação de no mínimo um atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com os objetos da licitação emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente;
- 13.11. Todos os cabos necessários à conexão entre os componentes objetos deste termo de referência deverão acompanhar o produto;
- 13.12. Deverão ser fornecidos, em papel impresso ou meio digital, manuais técnicos do usuário e preferencialmente contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração, assim como o fabricante deverá possuir o catálogo ou descrição do modelo ofertado na Internet para consulta.

14. Garantia e Suporte

- 14.1. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os notebooks, todos seus componentes (tela, teclado, bateria, memória ram e outros) e os acessórios, fornecida pelo FABRICANTE, com atendimento de suporte técnico de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados, das 8hs às 18hs,

incluindo reparo por quedas acidentais, derramamento de líquido sobre ou dentro da unidade, quedas e sobrecargas de energia elétrica, quando em período de garantia, sem custo adicional, por ao menos um evento por ano. A LICITANTE deverá informar na proposta o período da garantia. No momento da análise da proposta será verificado junto ao FABRICANTE do equipamento, através de consulta, a disponibilidade de oferta da garantia e no momento da entrega do equipamento também será verificado o prazo;

14.2. A garantia do equipamento começará a contar após análise e aceite do equipamento pela equipe de fiscais do CRCGO;

14.3. O fabricante deverá oferecer em seu site local para que se possa verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

14.4. O fabricante deve possuir central de atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;

14.5. O SLA de primeiro atendimento deverá ser em até 01 (um) dia útil, sendo aceite atendimento inicial através de contato telefônico (0800), realizado pelo CRCGO, no qual, com a colaboração da equipe de TI do CRCGO identifica o problema do equipamento. Caso seja identificado, nesta fase de diagnóstico, a necessidade de reparo por danos de fabricação, será acionado imediatamente o atendimento on-site para troca de peças, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis;

14.6. Deverá ser ofertado pelo mesmo período de garantia, ferramenta ou software do fabricante, habilitado para o equipamento, de modo a realizar as funções de atualizações de BIOS e Drivers, monitoramento da saúde do equipamento, controle de inventario, monitoramento preditivo e proativo do hardware orientado por IA, detecção e abertura automatizada de chamados para troca de peças ao fabricante em casos de pré-falhas, detecção de problemas em componentes, detecção e alerta de vírus e malware e disponibilização de painel com pontuação de integridade e segurança dos equipamentos gerenciados;

14.7. O fabricante também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “chat”, “e-mail” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting;

14.8. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CRC-GO, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo se quando o defeito for provocado por uso inadequado;

14.9. Quando tratar-se de problema em unidade de armazenamento, a unidade defeituosa deverá ser mantida com o CRCGO para garantia do sigilo das informações;

14.10. Devido à necessidade de atendimento de suporte à CRC-GO caso o licitante não seja o mesmo fabricante do equipamento ofertado, este deverá enviar juntamente com a sua proposta uma declaração do fabricante do equipamento garantindo que prestará o serviço de suporte e garantia nas condições, localidades e atendimento nos termos deste edital ou comprovar através de PART NUMBER a totalidade dos serviços contratado.

PERIFÉRICOS

QUANTIDADE	ITEM 04
02	IMPRESSORA TÉRMICA

IMPRESSORA TÉRMICA

Conexão: USB / Serial / Paralela

Tamanho máximo do rolo de etiquetas: 36 metros

Tamanho máximo do ribbon: 91 metros

Resolução de impressão: 203 DPI

Método de impressão: Transferência térmica / Térmica direta

Velocidade de impressão: 102mm/s
 Largura de impressão: Até 105mm
 Comprimento de impressão: Até 1902mm
 Voltagem: Bivolt

QUANTIDADE	ITEM 05
02	Leitor de Boletto

Leitor de Boletto

Conexão: USB
 Tecnologia de leitura: Laser
 Velocidade de leitura: 250 Scan/seg
 Padrões de códigos: Febraban, UPC-A, UPC-E, EAN-8, EAN-13, 2 de 5 intercalado, (padrão e industrial), Codabar, Matriz 2
 Compatível com quais bancos: Todos
 Contraste de impressão: 15%
 Resistência a quedas: 1,5 metros
 Dimensões: 168mm x 67mm x 95mm

QUANTIDADE	ITEM 06
01	Leitor de Boletto bancário/código de barras/QR Code

Leitor de Boletto bancário/código de barras/QRCode

Dimensões (L x A x P) mm - 63 x 153 x 90
 Comunicação - USB, Virtual COM
 Resistência a quedas - 2 m
 Suporte para leitura sem as mãos – Incluso
 Luz ambiente - 100.000 lux (máx.)
 Fonte de luz - Led branco, 5000K / ponto verde, mira
 Tecnologia - Area imager, 1D e 2D

QUANTIDADE	ITEM 07
05	HD Externo 5TB

HD Externo 5TB

Compatível com a maioria dos sistemas Windows e macOS
 Porta USB 3.0 (necessária para velocidades de transferência USB 3.0)
 Peso: 318 gramas (bruto com embalagem)
 Cabo USB 3.0 de 18 polegadas (45,72 cm)
 Altura Real – 12
 Largura Real – 12
 Profundidade Real – 12

SOFTWARE

QUANTIDADE	ITEM 08
18	Microsoft Office 2019 Professional

Tipo de Licença: VITÁLIA

EQUIPAMENTO ELETRONICO

QUANTIDADE	ITEM 09
08	ESTABILIZADOR 1000VA

Dimensões do Produto - 12 x 16,2 x 34 CM

Forma de Onda – Senoidal

Função - True RMS

Fusíveis Reservas – Rearmavel

Potência VA - 1.000 VA

Tensão de Entrada – Bivolt

Tensão de Saída - 115 V

Tomadas – 5

Topologia - Line Interactive

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A CONTRATADA deverá adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, naquilo que couber, em consonância a Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19/01/2010 e demais ordenamentos jurídicos vigentes.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, alínea 'd', da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será **indicada** a(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo (s), de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e com este Termo de Referência, com base nas necessidades apresentadas pela DEMANDANTE, neste caso, o Departamento de T.I., e pelas pesquisas de preços elaborada por aquele mesmo setor, sendo eles:

Desktops

Marca de Referência: Dell

Notebooks

Notebook1: Marca de Referência: Dell

Notebook 2: Marca de Referência: Dell

Da exigência de amostra

4.4. *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado melhor classificado provisoriamente, deverá apresentar amostra, se em sua proposta apresentada, a marca for diferente do indicado para o certame, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.*

4.4.1 *Caso o interessado provisoriamente em primeiro lugar, apresentar marca igual, ou equivalente, ou superior, não será solicitada, a amostra.*

Marcas equivalentes à DELL: Lenovo, HP ou Samsung.

4.5. *Serão exigidas amostras dos seguintes itens:*

Desktop

Notebook tipo 1

Notebook tipo 2

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço Rua 107 nº 151 Setor Sul, Goiânia/GO, CEP: 74.085-060, no prazo limite de 5 dias corridos, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Desktop(conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar (47/2024)

4.9.2. Notebooks(conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar (47/2024)

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 45(quarenta e cinco dias) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento, em remessa única.*

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua 107 nº 151, Setor Sul, Goiânia /Goiás, CEP: 74.085-060.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. *O prazo mínimo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.4. 3 anos de garantia adicional para Desktops e Notebooks.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Das Obrigações

6.17. Do contratante:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- c) pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições

estabelecidas nas peças licitatórias;

d) efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade

com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

e) fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato, sempre que isso couber;

f) realizar avaliação da qualidade do serviço;

g) fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais da contratação;

h) assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresente condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho.

6.18. Da Contratada:

a) executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos necessários, se for o caso, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

b) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

c) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado;

d) utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

e) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES /MP n. 5/2017;

f) comunicar imediatamente ao Fiscal do contrato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

g) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos.

h) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

i) promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

j) aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e respostas solicitadas por esta.

k) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

l) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações acertadas.

m) apresentar declaração de não se valer da utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

n) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

o) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- p) prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo, se for o caso, todos os materiais, equipamentos quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- q) disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá.
- r) apresentar relatório com a discriminação do serviço executado para o devido acompanhamento e fiscalização do contrato..

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 45 (quarenta e cinco dias) corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#),

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Item.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será Integral

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.29. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.31.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.31.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 365.664,30

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 365.664,30 (trezentos e sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	EQUIPAMENTO	VALORES ESTIMADOS		
		Quantidade	Unitário	Total
01	<p>Desktop com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>14ª Geração Intel® Core™ i5-14500 (16 GB DDR5 (1x16GB) 5600MT/s /SSD de 512GB PCIe NVMe M.2+ Monitor S2421HN + 3 anos Suporte</p> <p><i>Marca de referência: Dell</i></p>	24	R\$ 9.990,30	R\$ 239.767,36
02	<p>Notebook com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>- 14ª geração Intel® Core™ Ultra 5 - processador Intel® Core i5-1345U) /Full HD de 14" (1920x1080);16 GB DDR5 (1x16GB) 5600MT/s / SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 35) + 3 anos Suporte</p> <p><i>Marca de referência: Dell</i></p>	8	R\$ 9.399,02	R\$ 75.192,16
	Notebook com as seguintes configurações mínimas:			

03	<p>14ª geração Intel - Intel® Core™ Ultra 7 (vPro®, 10-core, cache de 12 MB, até 5.2 GHz) 16GB DDR5 (soldada) 6400MT/s / SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 35)</p> <p><i>Marca de referência: Dell</i></p>	1	R\$ 13.012,64	R\$ 13.012,64
04	<p>Impressora térmica com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>Conexão: USB / Serial / Paralela Tamanho máximo do rolo de etiquetas: 36 metros Tamanho máximo do Ribbon: 91 metros Resolução de impressão: 203 DPI Método de impressão: Transferência térmica / Térmica direta Velocidade de impressão: 102mm/s Largura de impressão: Até 105mm Comprimento de impressão: Até 1902mm Voltagem: Bivolt Modelo de referência: Impressora Térmica de Etiquetas</p> <p><i>Marca de referência: Argox OS214 PLUS</i></p>	02	R\$ 1.891,93	R\$ 3.783,86
05	<p>Leitor de Boleto com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>Conexão: USB Tecnologia de leitura: Laser Velocidade de leitura: 250 Scan/seg Padrões de códigos: Febraban, UPC-A, UPC-E, EAN-8, EAN-13, 2 de 5 intercalado, (padrão e industrial), Codabar, Matriz 2 Compatível com quais bancos: Todos Contraste de impressão: 15% Resistência a quedas: 1,5 metros Dimensões: 168mm x 67mm x 95mm Modelo Referência: Leitor de boleto bancário LI 250+</p>	02	R\$ 477,70	R\$ 955,41
06	<p>Leitor de Boleto bancário/código de barras/QRCode com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>Dimensões (L x A x P) mm - 63 x 153 x 90 Comunicação - USB, Virtual COM Resistência a quedas - 2 m Suporte para leitura sem as mãos – Incluso Luz ambiente - 100.000 lux (máx.) Fonte de luz - Led branco, 5000K / ponto verde, mira Tecnologia - Area imager, 1D e 2D</p> <p>Modelo de referência: Leitor de Código de Barras 2D EL250</p>	01	R\$ 407,01	R\$ 407,01
07	<p>HD Externo 5TB com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>Compatível com a maioria dos sistemas Windows e macOS Porta USB 3.0 (necessária para velocidades de transferência USB 3.0) Peso: 318 gramas (bruto com embalagem) Cabo USB 3.0 de 18 polegadas (45,72 cm) Altura Real – 12 Largura Real – 12 Profundidade Real – 12</p> <p>Modelo de referência: Disco rígido portátil Seagate Expansion</p>	05	R\$ 970,65	R\$ 4.853,26

08	Microsoft Office Professional 2018 - Mídia	18	R\$ 1.188,34	R\$ 21.390,12
09	Estabilizador 1000VA com as seguintes configurações mínimas: Dimensões do Produto - 12 x 16,2 x 34 CM Forma de Onda – Senoidal Função - True RMS Fusíveis Reservas – Rearmavel Potência VA - 1.000 VA Tensão de Entrada – Bivolt Tensão de Saída - 115 V Tomadas – 5 Topologia - Line Interactive Modelo de referência: Estabilizador SMS, Progressive Laser III, 1000va, 16216	08	R\$ 787,81	R\$ 6.302,48
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 365.664,30

9.2. Preliminarmente, foi elaborado um valor de R\$ 417.317,71(quatrocentos e dezessete mil trezentos e dezessete reais e setenta e um centavos), em uma pesquisa preliminar. Porém, após a pesquisa de acordo com a IN 65, o valor estimado global, totalizou-se em R\$ 365.664,30 (trezentos e sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

9.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do CRCGO.

Referente aos itens: 1; 2; 3; 4; 7 e 8

Projeto: 5010 – Modernização do Parque de Informática (Hardware e Software)

Rubrica: 6.3.2.1.03.01.006 – Equipamentos de Processamento de Dados

Rubrica: 6.3.2.1.05.01.002 – Softwares

Referente aos itens: 5; 6 e 9

Projeto: 5009 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios

Rubrica: 6.3.2.1.03.01.002 – Máquinas e Equipamentos

11. Das Penalidades

11.1. Comete infração administrativa o contratado que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que praticar um dos atos estabelecidos no artigo 155 de mencionada lei.

11.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- iv) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do prestador de serviço, por qualquer das infrações do item artigo 155 da Lei 14.133/21;

11.4. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §92).

11.7. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §72).

11.8. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157) 11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §89).

11.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):

- 11.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.13. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano à Administração Pública.

11.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 12 de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com

poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

11.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. Dos Casos Omissos

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. Da Publicidade

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o Contrato ou instrumento similar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma e no prazo previsto no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011.

14. Do Foro

14.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Goiás - Goiânia, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICEIA DE SOUSA VILELA

Demandante

ADMILTON MARQUES DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/07/2024 às 16:57:16.

Estudo Técnico Preliminar 47/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 000005/2024-79

2. Da introdução

As contratações de serviços e aquisição de produtos devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

Destarte, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela IN SEGES Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017, recepcionada na Lei Federal nº 14.133/2021 pela IN SEGES Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021; pela IN SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos-ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Este Estudo Técnico Preliminar busca verificar a viabilidade da contratação de empresa especializada em equipamentos de informática. A fim de balizar e nortejar os atos administrativos que se emanarão da pretensa contratação, faz-se mister listar as normativas legais que virão disciplinar a [aquisição de bens/contratação de serviços], de acordo com a sua natureza.

DOS ATOS NORMATIVOS QUE DEVERÃO NORTEJAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Em exame do objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação, estudou e pretende adequar o planejamento, a contratação e a fiscalização à luz dos seguintes normativos:

- a) Nos itens que cabe, Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- b) Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- c) Lei 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- d) Lei 14.133/2021 que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- e) Nos itens que cabe, decreto nº 8.538/15, que Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10273, de 2020);
- f) Decreto Federal 10.947/2022 que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- g) IN SLTI/MPOG Nº01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- h) IN SEGES Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- i) IN SEGES Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

3. Descrição da necessidade

A aceleração tecnológica é considerada um dos setores que mais evolui na sociedade moderna, e entende-se que a defasagem dos equipamentos de informática utilizados tende a reduzir sua eficiência e sua segurança, aumentando o custo para sua atualização, o CRCGO visando sempre o

melhor desempenho das atividades exercidas no atendimento aos profissionais da contabilidade e à sociedade em geral, entende que a ampliação e renovação do parque de informática é necessário para mantê-lo compatível com a segurança e agilidade das informações, bem como a redução de custos com manutenção de equipamentos.

A presente aquisição, visa substituir os computadores, notebooks, softwares e periféricos do CRCGO que excederam a vida útil e estão sem suporte técnico e/ou garantia do fabricante. Os equipamentos a serem adquiridos são de extrema importância e utilidade para que os colaboradores possam cumprir adequadamente suas tarefas e obrigações. Convém destacar que a quase totalidade das atividades desempenhadas no CRCGO dependem de ferramentas computacionais que possibilitem o acesso à rede corporativa, à internet e aos sistemas corporativos, além de programas e aplicativos que auxiliam na execução de tarefas inerentes às responsabilidades do departamento.

Tais equipamentos tem um processo intrínseco e acelerado de renovação tecnológica, tanto de hardware como de software, e por este motivo é necessário que haja uma constante e regular substituição desses. Ressalta-se que a vida útil dos equipamentos tratados no processo varia entre 3 e 5 anos. Ainda, no que se refere à depreciação dos equipamentos de informática, resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza, novas tecnologias em software ou obsolescência normal, verifica-se no estudo elaborado pela empresa Gartner intitulado "Recommended Life Spans for Mobile, PC and Other Endpoint-Computing Devices" que a previsão do seu uso está entre 3 anos para notebooks e 4 a 5 anos para microcomputadores.

A atualização tecnológica é necessária também, devido ao avanço contínuo de softwares e aplicativos, onde o hardware não consegue fornecer o suporte necessário à plena execução. A substituição desses equipamentos contribuirá para a redução do número de chamados para suporte técnico que pode dedicar-se às atividades preventivas a fim de melhorar a qualidade dos serviços de tecnologia da informação. Em suma, a nova aquisição visa prover às diversas áreas deste conselho e recursos tecnológicos mais apropriados.

Foi levado em consideração o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC nº 1.543/18, especificamente os objetivos estratégicos:

- Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação do Sistema CFC/CRCs;
- Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos;
- Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de TI	Mauricéia de Sousa Vilela

5. Necessidades de Negócio

Neste tópico NÃO OBRIGATÓRIO deve estar previsto os critérios e práticas de sustentabilidade que envolvem a escolha da solução.

O objeto que se pretende contratar pode ser classificado como () SERVIÇO, () OBRA e (x) COMPRA.

O objeto que se pretende contratar pode ser, ainda, subclassificado como (x) CONTRATAÇÃO DE TIC.

O contrato entre as partes terá o prazo de execução e vigência definido no Termo de Referência, inclusive sobre o detalhamento das condições e possibilidade de aditamentos e apostilamentos. As exigências de HABILITAÇÃO das licitantes e possíveis contratadas serão estabelecidas no termo de referência.

6. Necessidades Tecnológicas

A presente aquisição, visa substituir os computadores, notebooks, softwares e periféricos do CRCGO que excederam a vida útil e estão sem suporte técnico e/ou garantia do fabricante. Os equipamentos a serem adquiridos são de extrema importância e utilidade para que os colaboradores possam cumprir adequadamente suas tarefas e obrigações. Convém destacar que a quase totalidade das atividades desempenhadas no CRCGO dependem de ferramentas computacionais que possibilitem o acesso à rede corporativa, à internet e aos sistemas corporativos, além de programas e aplicativos que auxiliam na execução de tarefas inerentes às responsabilidades do departamento.

A presente aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO) representa um passo fundamental na modernização da infraestrutura tecnológica da instituição, proporcionando diversos benefícios para seus colaboradores e para a sociedade goiana como um todo.

1. Otimização do Desempenho e Redução de Custos:

A substituição de equipamentos obsoletos por modelos modernos e eficientes trará diversos benefícios para o CRCGO, como:

- **Aumento da produtividade:** Equipamentos modernos garantem maior velocidade de processamento, menor tempo de resposta e melhor desempenho em tarefas complexas, permitindo que os colaboradores trabalhem de forma mais eficiente e produtiva.
- **Redução de custos:** Equipamentos obsoletos podem apresentar falhas frequentes e necessitar de manutenções constantes, gerando custos extras para a instituição. A aquisição de novos equipamentos modernos e eficientes contribui para a redução de custos com reparos e manutenções, além de diminuir o consumo de energia.
- **Maior segurança da informação:** Equipamentos modernos geralmente possuem recursos de segurança aprimorados, como firewalls integrados, criptografia de dados e soluções antivírus mais robustas, protegendo as informações confidenciais do CRCGO contra ataques cibernéticos e outras ameaças.

2. Melhoria da Comunicação e Colaboração:

Os novos equipamentos de TIC facilitarão a comunicação e a colaboração entre os colaboradores do CRCGO, permitindo que:

- **Trabalhem de forma remota:** Com notebooks modernos e acesso à internet de alta velocidade, os colaboradores poderão trabalhar de forma remota, aumentando a flexibilidade e a produtividade.
- **Participem de reuniões virtuais:** As ferramentas de videoconferência possibilitarão que os colaboradores participem de reuniões virtuais com colegas e clientes de qualquer lugar, otimizando o tempo e reduzindo custos com deslocamentos.

- **Compartilhem arquivos e informações:** Os novos equipamentos facilitarão o compartilhamento de arquivos e informações entre os colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho mais colaborativo e eficiente.

3. Modernização e Inovação:

A aquisição de novos equipamentos de TIC permitirá ao CRCGO se manter atualizado com as últimas tecnologias e inovações do mercado, proporcionando:

- **Acesso a novas ferramentas e soluções:** Os novos equipamentos permitirão que o CRCGO utilize as mais recentes ferramentas e soluções tecnológicas para aprimorar seus serviços e atender às demandas dos seus membros e da sociedade.
- **Maior competitividade:** A modernização da infraestrutura tecnológica do CRCGO contribuirá para aumentar a sua competitividade no mercado, oferecendo serviços mais eficientes, inovadores e de alta qualidade.
- **Preparo para o futuro:** A aquisição de equipamentos modernos permitirá que o CRCGO se prepare para os desafios do futuro, adaptando-se às novas tecnologias e às demandas da sociedade em constante mudança.

Conclusão:

A renovação do parque tecnológico do CRCGO é um investimento estratégico que trará diversos benefícios para a instituição, seus colaboradores e para a sociedade goiana como um todo. A modernização da infraestrutura tecnológica permitirá que o CRCGO ofereça serviços mais eficientes, inovadores e de alta qualidade, além de contribuir para a produtividade, a segurança da informação e a competitividade da instituição.

7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Requisitos Necessários:

- **Substituição de equipamentos obsoletos:** O CRCGO precisa substituir computadores, notebooks, softwares e periféricos que excederam a vida útil e estão sem suporte técnico e /ou garantia do fabricante.
- **Modernização da infraestrutura tecnológica:** A instituição busca modernizar sua infraestrutura tecnológica para aumentar a produtividade, a segurança da informação e a competitividade.
- **Melhoria da comunicação e colaboração:** O CRCGO deseja melhorar a comunicação e a colaboração entre seus colaboradores, permitindo que trabalhem de forma remota, participem de reuniões virtuais e compartilhem arquivos e informações.
- **Acesso a novas ferramentas e soluções:** A instituição busca acessar as mais recentes ferramentas e soluções tecnológicas para aprimorar seus serviços e atender às demandas dos seus membros e da sociedade.
- **Conformidade com as leis e normas de TIC:** A solução de TIC deve estar em conformidade com todas as leis e normas de TIC relevantes, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Requisitos Suficientes:

- **Desempenho e confiabilidade:** Os novos equipamentos devem ter alto desempenho, confiabilidade e durabilidade para atender às demandas dos colaboradores do CRCGO.

- **Segurança da informação:** A solução de TIC deve oferecer recursos de segurança robustos para proteger as informações confidenciais do CRCGO contra ataques cibernéticos e outras ameaças.
- **Compatibilidade e integração:** Os novos equipamentos e softwares devem ser compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente do CRCGO e se integrar facilmente com os sistemas corporativos da instituição.
- **Facilidade de uso e suporte técnico:** A solução de TIC deve ser fácil de usar e contar com suporte técnico eficiente para auxiliar os colaboradores do CRCGO em caso de dúvidas ou problemas.
- **Custo-benefício:** A solução de TIC deve oferecer um bom custo-benefício, proporcionando um retorno sobre investimento (ROI) positivo para o CRCGO.

Além dos requisitos acima, o CRCGO também deve considerar os seguintes fatores na escolha da solução de TIC:

- **Reputação e experiência do fornecedor:** É importante escolher um fornecedor com boa reputação e experiência no mercado de TIC, que possa oferecer soluções de alta qualidade e suporte técnico eficiente.
- **Referências de outros clientes:** É recomendável consultar referências de outros clientes que já utilizaram a solução de TIC do fornecedor para ter uma ideia da qualidade do serviço prestado.
- **Testes e avaliações:** É importante testar a solução de TIC antes de tomar uma decisão final para garantir que ela atenda às necessidades do CRCGO.

Ao considerar todos os requisitos e fatores mencionados acima, o CRCGO poderá escolher a solução de TIC mais adequada para suas necessidades e garantir que a modernização da sua infraestrutura tecnológica seja um sucesso.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

ITEM	ESPECIFICAÇÕES/CONFIGURAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – A ADQUIRIR	QUANTIDADE (UNIDADES)
1	<p>Desktop - 14ª Geração Intel® Core™ i5-14500</p> <p>Windows 11 Pro, português, Inglês, Francês, Espanhol</p> <p>16 GB DDR5 (1x16GB) 5600MT/s /SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 / Placa de vídeo integrada Intel®</p> <p>Placa de Rede sem fio (WLAN) Intel AX210 taxa de transferência de até 2400 Mbps, Wi-Fi 6E (802.11ax) 2x2 +</p> <p>Bluetooth 5.3 com Antena Externa</p> <p>Power Supply Unit (PSU) interno 300W, Platinum</p> <p>Qualificado ENERGY STAR /Registro EPEAT 2018 Ouro</p> <p>3 anos de garantia Dell com atendimento no local</p> <p>LGPD - Mantenha seu disco rígido - 3 anos</p> <p>Teclado e mouse sem fio Dell Pro – KM5221W</p>	24

	<p>Monitor Dell de 23.8" S2421HN</p> <p>3 anos de suporte avançado para monitor</p> <p>Modelo de referência: Optiplex 7020 SFF + Monitor23.8 " S2421HN</p>	
<p>2</p>	<p>Notebook - 14ª geração Intel® Core™ Ultra 5</p> <p>Windows 11 Pro, Português, Inglês, Francês e Espanhol</p> <p>Intel® Integrated Graphics (Para processador Intel® Core i5-1345U)</p> <p>Full HD de 14" (1920x1080), 250nits, WVA/IPS, WLAN - Anti Glare, Câmera Full HD</p> <p>16 GB DDR5 (1x16GB) 5600MT/s; Expansível até 64GB, (2 slots soDIMM)</p> <p>SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 35)</p> <p>Teclado com leitor de impressão digital, sem SIM slot, Discrete Graphics</p> <p>Intel® Wi-Fi 6E AX211, 2x2, 802.11ax, placa de rede wireless com Bluetooth®</p> <p>Bateria de 3 Células e 54 Whr, Long Life Cycle, (3 anos de garantia)</p> <p>Câmera FHD, Temporal Noise Reduction, Câmera Shutter, Mic</p> <p>Adaptador CA 65 Watts 4.5mm Barrel (Bivolt)</p> <p>Qualificação ENERGY STAR</p> <p>EPEAT 2018 Registered (Silver)</p> <p>3 anos de garantia Dell com atendimento no local</p> <p>LGPD - Mantenha seu disco rígido - 3 anos</p> <p>Modelo de referência: Notebook Latitude 3450</p>	<p>08</p>
<p>3</p>	<p>Notebook - 14ª geração Intel® Core™ Ultra 7 (vPro®, 10-core, cache de 12 MB, até 5.2 GHz)</p> <p>Sistema operacional - Windows 11 Pro, Português</p> <p>Placa de vídeo - Intel® Iris® Xe Graphics</p> <p>Tela - Full HD de 13.3" (1920x1080), 300nits, IPS, WLAN, compatível com WWAN 4G - Touch, Anti Glare,</p> <p>Câmera Full HD IR + Intelligent Privacy + 2 em 1</p> <p>Memória - 16GB DDR5 (soldada) 6400MT/s;</p> <p>Sem opção de expansibilidade</p> <p>Armazenamento - SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 35)</p> <p>3 anos de garantia Dell com atendimento no local</p> <p>LGPD - Mantenha seu disco rígido - 3 anos</p>	<p>01</p>

	<p>Modelo de referência: Notebook Latitude 5350</p>	
4	<p>Impressora térmica</p> <p>Conexão: USB / Serial / Paralela</p> <p>Tamanho máximo do rolo de etiquetas: 36 metros</p> <p>Tamanho máximo do ribbon: 91 metros</p> <p>Resolução de impressão: 203 DPI</p> <p>Método de impressão: Transferência térmica / Térmica direta</p> <p>Velocidade de impressão: 102mm/s</p> <p>Largura de impressão: Até 105mm</p> <p>Comprimento de impressão: Até 1902mm</p> <p>Voltagem: Bivolt</p> <p>Modelo de referência: Impressora Térmica de Etiquetas Argox OS214 PLUS</p>	02
5	<p>Leitor de boleto bancário</p> <p>Conexão: USB</p> <p>Tecnologia de leitura: Laser</p> <p>Velocidade de leitura: 250 Scan/seg</p> <p>Padrões de códigos: Febraban, UPC-A, UPC-E, EAN-8, EAN-13, 2 de 5 intercalado, (padrão e industrial), Codabar, Matriz 2</p> <p>Compatível com quais bancos: Todos</p> <p>Contraste de impressão: 15%</p> <p>Resistência a quedas: 1,5 metros</p> <p>Dimensões: 168mm x 67mm x 95mm</p> <p>Modelo Referência: Leitor de boleto bancário LI 250+</p>	02
6	<p>Leitor de boleto bancário código de barras e QRCode</p> <p>Dimensões (L x A x P) mm - 63 x 153 x 90</p> <p>Comunicação - USB, Virtual COM</p> <p>Resistência a quedas - 2 m</p> <p>Suporte para leitura sem as mãos – Incluso</p> <p>Luz ambiente - 100.000 lux (máx.)</p> <p>Fonte de luz - Led branco, 5000K / ponto verde, mira</p> <p>Tecnologia - Area imager, 1D e 2D</p> <p>Modelo de referência: Leitor de Código de Barras 2D EL250</p>	01
	<p>HD Externo 5TB</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compatível com a maioria dos sistemas Windows e macOS - Porta USB 3.0 (necessária para velocidades de transferência USB 3.0) - Peso: 318 gramas (bruto com embalagem) 	

7	- Cabo USB 3.0 de 18 polegadas (45,72 cm) - Altura Real – 12 - Largura Real – 12 - Profundidade Real – 12 Modelo de referência: Disco rígido portátil Seagate Expansion	05
8	Microsoft Office 2019 Professional	18
9	Estabilizador 1000VA Dimensões do Produto - 12 x 16,2 x 34 CM Forma de Onda – Senoidal Função - True RMS Fusíveis Reservas – Rearmavel Potência VA - 1.000 VA Tensão de Entrada – Bivolt Tensão de Saída - 115 V Tomadas – 5 Topologia - Line Interactive Modelo de referência: Estabilizador SMS, Progressive Laser III, 1000va, 16216	08

O quantitativo é de 04 (quatro) agrupamentos, totalizando o quantitativo de total 69(sessenta e nove) objetos e foi estipulado tendo em vista as necessidades das atividades práticas dos departamentos do CRCGO, dos quais serão destinatários dos itens que serão adquiridos.

9. Levantamento de soluções

SOLUÇÃO 1

SOLUÇÃO	1 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA
Descrição	Contratação de empresa para prestar serviço de manutenção corretiva nos desktops, notebooks, estabilizadores, HD externo, leitores de boletos, fora do período de garantia do fabricante.
Vantagem(ns)	Reaproveitamento dos equipamentos atuais;
Desvantagem (ns)	Equipamentos com desgaste natural em relação ao tempo de vida útil; Provável não recuperação/reposição de diversas peças por desgaste natural e/ou fora de linha de fabricação; Manutenção corretiva se mostrar antieconômica.
Análise	A contratação de serviço de manutenção corretiva já foi objeto de apreciação do CRCGO, que condenou, respaldado pelo CFC(Conselho Federal de Contabilidade), a prática de atualizações tecnológicas em detrimento à aquisição de novos equipamentos, tornando-se prática antieconômica.
Resultado	NÃO ATENDE

SOLUÇÃO 2

SOLUÇÃO	II - NÃO RENOVAÇÃO DO PARQUE DE DESKTOPS E NOTEBOOKS E ESTABILIZADORES, IMPRESSORAS TÉRMICAS E LEITORES DE CÓDIGO DE BARRAS.
Descrição	Utilizar os equipamentos sem cobertura da garantia do fabricante
Vantagem	Sem custo adicional;
Desvantagens	Equipamentos fora do período de garantia do fabricante; Sem equipamento de reposição para troca imediata;

	<p>Insatisfação dos usuários no uso de equipamentos obsoletos;</p> <p>Impacto na prestação de serviço devido a indisponibilidade de equipamentos.</p>
Análise	<p>Os equipamentos eletrônicos apresentam desgaste natural em função do tempo de vida útil e manuseio do mesmo.</p> <p>Com o passar dos anos, é normal que apresentem defeitos irreversíveis e degradação de sua performance. Sem cobertura de garantia do fabricante e sem equipamentos de reserva técnica, o CRCGO, poderá sofrer impacto no tempo de atendimento ao contabilista e produtividade dos usuários, causando a insatisfação dos usuários internos e externos.</p> <p>Como afeta diversos objetivos estratégicos do CRCGO, é um risco alto que precisa ser compartilhado e de ciência de todos os envolvidos.</p>
Resultado	NÃO ATENDE

SOLUÇÃO 3

SOLUÇÃO	III - AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS
Descrição	Adquirir novos equipamentos com garantia estendida de 03(três) anos do fabricante contemplando novos recursos e atualização tecnológica, para os Desktops e Notebooks e para os demais dispositivos e equipamentos, com garantia exigida por lei, de 12(doze) anos, conforme o CDC, preconiza.
Vantagens	<p>Equipamentos com novos recursos;</p> <p>Atualização Tecnológica;</p> <p>Equipamentos cobertos com garantia do fabricante.</p>
Desvantagens	Custo de aquisição;
Análise	<p>Esta solução irá garantir o atendimento da necessidade das unidades departamentais do CRCGO, com nível de atendimento adequado para um ambiente corporativa complexo.</p> <p>No caso de equipamento portátil, não recomendamos garantia estendida maior do que o padrão de 03(três) anos devido a característica, manuseio e desgaste natural típico deste tipo de equipamento.</p> <p>Quando aos equipamentos: Estabilizador, HD externo, Impressora térmica, leitores de boleto bancário e código de barras / QR code, não recomendamos garantia maior do que o padrão, 12(doze) meses, devido a característica, manuseio e desgaste natural típico desse tipo de equipamento, pois sua aquisição é de maior demanda para compra e preço baixo.</p> <p>Quanto as licenças, recomendamos que mantenha-se a aquisição de licenças para uso do pacote office, no modo "vitalício".</p>
Resultado	ATENDE

10. Análise comparativa de soluções

Tendo em vista que, por meio da análise qualitativa das soluções disponíveis no mercado, foi identificado que apenas uma única solução atende plenamente o objeto da futura contratação, passaremos a análise de custo para subsidiar a Administração.

É fundamental deixar claro que investir tempo na busca de informações complementares de soluções que não atendem ao objeto pretendido pela Administração é esforço inútil.

Baseado no item anterior, resta comparar os preços apresentados pela fornecedora da solução que atende plenamente a necessidade do regional, com os valores praticados no mercado, tal como consta na planilha detalhada com a pesquisa de preços que se encontra nos autos.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

Este documento tem como objetivo registrar as soluções de TIC que foram consideradas inviáveis para o CRCGO, detalhando as vantagens e desvantagens de cada uma, e apresentando a análise que levou à conclusão de que não atendem ao objeto da contratação.

Solução 1: Contratação de Empresa para Manutenção Corretiva

Vantagens:

- **Reaproveitamento dos equipamentos atuais:** Essa solução permite a utilização dos equipamentos existentes por um período mais longo, o que pode gerar economia de recursos a curto prazo.

Desvantagens:

- **Equipamentos com desgaste natural:** Os equipamentos já apresentam desgaste natural em função do tempo de vida útil, o que aumenta a probabilidade de falhas e reduz a sua performance.
- **Dificuldade de recuperação/reposição de peças:** Peças de reposição para equipamentos fora de linha de fabricação podem ser difíceis ou impossíveis de encontrar, comprometendo a reparabilidade dos equipamentos.
- **Manutenção corretiva antieconômica:** A manutenção corretiva frequente pode se tornar antieconômica a longo prazo, especialmente quando comparada à aquisição de novos equipamentos.

Análise:

A contratação de empresa para manutenção corretiva já foi objeto de análise prévia pelo CRCGO, que concluiu que essa prática é antieconômica e não atende às necessidades da instituição. A atualização de equipamentos antigos gera custos elevados e não garante a sua confiabilidade e performance a longo prazo.

Resultado: NÃO ATENDE

Solução 2: Não Renovação do Parque de TIC

Vantagens:

- **Sem custo adicional:** A não renovação dos equipamentos não gera custos imediatos com a aquisição de novos itens.

Desvantagens:

- **Equipamentos fora da garantia:** A falta de garantia do fabricante significa que os custos com reparos serão de responsabilidade do CRCGO, o que pode gerar despesas inesperadas.
- **Falta de equipamentos de reposição:** A ausência de equipamentos de reserva impede a substituição imediata de itens que apresentem falhas, impactando a produtividade dos usuários.
- **Insatisfação dos usuários:** Equipamentos obsoletos podem gerar insatisfação entre os usuários devido à baixa performance, lentidão e frequentes falhas.
- **Impacto na prestação de serviços:** A indisponibilidade de equipamentos pode afetar o tempo de atendimento ao contabilista e a produtividade dos usuários, prejudicando a prestação de serviços do CRCGO.

Análise:

A não renovação do parque de TIC gera diversos riscos para o CRCGO, como custos inesperados com reparos, indisponibilidade de equipamentos e insatisfação dos usuários. Essa solução não atende aos objetivos estratégicos da instituição e coloca em risco a sua capacidade de oferecer serviços de qualidade aos seus membros.

Resultado: NÃO ATENDE

Conclusão:

As soluções de TIC descritas neste documento foram consideradas inviáveis para o CRCGO devido às suas desvantagens e ao impacto negativo que gerariam na instituição. É fundamental que o CRCGO invista na renovação do seu parque de TIC para garantir a eficiência, confiabilidade e segurança da sua infraestrutura tecnológica, além de proporcionar um ambiente de trabalho adequado para seus colaboradores e membros.

Recomendação:

Recomenda-se a aquisição de novos equipamentos de TIC que atendam às necessidades do CRCGO e garantam a modernização da sua infraestrutura tecnológica, conforme apresentada como **Solução 3**.

A escolha dos equipamentos deve ser feita com base em uma análise criteriosa das necessidades da instituição, levando em consideração fatores como performance, confiabilidade, segurança, custo-benefício e compatibilidade com os sistemas existentes.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

Para as soluções tecnicamente e funcionalmente viáveis foi realizado uma comparação de custos totais de propriedade e de uso. Os cálculos levam em conta as demandas de equipamentos e software, esperadas no período de um ano

Solução 3 - Aquisição de novos equipamentos e software

Solução Viável 3
Descrição: Notebooks e Desktops
Estimativa referente aos Notebooks e Desktops

R\$ 327.972,16 (Trezentos e vinte e sete mil, novecentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos)
Descrição: Impressora térmica, Leitor de Boleto bancário, Leitor de boleto bancário para QR CODE, Hds Externos, Office 2019 e Estabilizadores.
Estimativa Referente aos demais equipamentos
R\$ 89.345,55 (Oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Valor total dos equipamentos: 417.317,71 (Quatrocentos e dezessete mil, trezentos e dezessete reais e setenta e um centavos).

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Uma vez estabelecidas as necessidades e respectivos quantitativos, passa-se a elaboração da especificação técnica desses materiais, observando-se as normas do Inmetro vigentes que estabelecem critérios técnicos de segurança e de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o sistema de Compras Governamentais prevalece o que está no Termo de Referência.

As licitantes deverão apresentar os catálogos técnicos/folders/ portfolio, com todas as características técnicas (em língua Portuguesa ou traduzido), de todos os produtos ofertados afim de verificação da similaridade e qualidade do objeto ofertado, para que possa ser analisado pelo interessado.

Convém citarmos que as especificações apresentadas neste termo servirão para determinar um padrão mínimo de qualidade a ser atingido, o que acarretará no aceite de produtos e materiais considerados aptos ou, comprovadamente, equivalentes ou superiores.

Visando a qualidade e excelência na aquisição vislumbramos alguns aspectos técnicos essenciais para a busca de um objeto com melhor qualidade, durabilidade, rentabilidade, além de qualidade de saúde dos usuários dos produtos (ergonomia). Essa exigência atende ao interesse público e não se mostra desmedida ou desarrazoada, pois incumbe à Administração estipular os requisitos mínimos de qualidade e desempenho do objeto.

Assim, a exigência de normas técnicas prevê requisitos mecânicos, de segurança e ergonômicos para o equipamento a ser adquirido, possam contar com padrões mínimos de qualidade e segurança. Nos itens será permitida uma variação de até 5% (desvio padrão) nas medidas de dimensão dos materiais referidos.

Tal exigência está em consonância com a finalidade precípua da qualidade técnica, qual seja, garantir que aqueles que se proponham a fornecer bens e serviços para administração detenham o cabedal técnico necessário para executar o contrato com a qualidade esperada e dentro das especificações determinadas pela contratante no edital.

A garantia dos bens será condicionada as características e natureza do bem solicitado, obedecendo as normas técnicas brasileiras. Deve ter no mínimo 12 (doze) meses de garantia total do equipamento, com assistência técnica.

Caso a garantia do fabricante para o bem patrimonial for maior que a do fornecedor vencedor, fica prevalecendo a garantia do fabricante para o bem ou parte integrante do mesmo, contada a partir da emissão do termo de recebimento definitivo dos bens.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Este documento apresenta a justificativa técnica para a escolha da Solução 3 – Aquisição de Novos Equipamentos – como a solução mais adequada para atender às necessidades de modernização da infraestrutura de TIC do CRCGO. As soluções 1 e 2, analisadas anteriormente, foram consideradas inviáveis devido às suas desvantagens e ao impacto negativo que gerariam na instituição.

Análise das Soluções:

Solução 1: Contratação de Empresa para Manutenção Corretiva

- **Desvantagens:**
 - Equipamentos com desgaste natural, dificultando a reparabilidade e reduzindo a performance.
 - Manutenção corretiva frequente pode se tornar antieconômica a longo prazo.
 - Não garante a atualização tecnológica dos equipamentos.

Solução 2: Não Renovação do Parque de TIC

- **Desvantagens:**
 - Equipamentos fora da garantia, gerando custos inesperados com reparos.
 - Falta de equipamentos de reposição, impactando a produtividade dos usuários.
 - Insatisfação dos usuários devido à baixa performance e frequentes falhas.
 - Impacto na prestação de serviços, afetando o tempo de atendimento e a qualidade do serviço.

Solução 3: Aquisição de Novos Equipamentos

- **Vantagens:**
 - Equipamentos modernos com novos recursos e tecnologia atualizada.
 - Maior performance, confiabilidade e segurança.
 - Equipamentos cobertos por garantia do fabricante, reduzindo custos com reparos inesperados.
 - Atendimento às necessidades das unidades departamentais do CRCGO.
 - Melhora na produtividade dos usuários e na qualidade dos serviços prestados.

Recomendação da Solução 3:

Diante das análises realizadas, a Solução 3 – Aquisição de Novos Equipamentos – se apresenta como a alternativa mais vantajosa para o CRCGO, considerando os seguintes aspectos:

- **Modernização da infraestrutura de TIC:** A aquisição de novos equipamentos permitirá que o CRCGO se mantenha atualizado com as últimas tecnologias, garantindo maior eficiência, confiabilidade e segurança da sua infraestrutura.
- **Melhoria da performance e produtividade:** Equipamentos modernos oferecem maior performance, o que se traduz em aumento da produtividade dos colaboradores e na qualidade dos serviços prestados.
- **Redução de custos com reparos:** A garantia do fabricante reduz os custos com reparos inesperados, proporcionando maior previsibilidade orçamentária.
- **Satisfação dos usuários:** Equipamentos modernos e confiáveis garantem uma melhor experiência para os usuários, diminuindo a insatisfação e aumentando a motivação.

- **Atualização tecnológica:** A aquisição de novos equipamentos permitirá que o CRCGO incorpore novas tecnologias em seus processos, aprimorando a eficiência e a competitividade da instituição.

Considerações sobre Garantia:

- **Desktops e Notebooks:** Recomenda-se garantia estendida de 3 anos, considerando a sua importância crítica para as atividades do CRCGO.
- **Outros Equipamentos:** Para estabilizadores, HD externo, impressoras térmicas, leitores de boleto e leitores de código de barras, recomenda-se garantia padrão de 12 meses, em função da sua natureza e do seu menor valor de aquisição.
- **Licenças de Software:** Recomenda-se a aquisição de licenças vitalícias para o pacote Office, garantindo economia a longo prazo.

Valor Estimado:

O valor estimado para a aquisição dos novos equipamentos é de R\$ 417.317,71 (quatrocentos e dezessete mil trezentos e dezessete reais e setenta e um centavos). Ressalta-se que a realização de um pregão eletrônico poderá reduzir este valor, conforme mencionado na análise da Solução 3.

Conclusão:

A aquisição de novos equipamentos, conforme a Solução 3, representa um investimento estratégico para o CRCGO. Essa solução permitirá a modernização da infraestrutura de TIC, a otimização dos processos, a melhora da performance e produtividade dos colaboradores, a redução de custos com reparos e a satisfação dos usuários.

Recomenda-se fortemente a escolha da Solução 3 para garantir que o CRCGO disponha de uma infraestrutura de TIC moderna, eficiente e confiável, capaz de atender às necessidades da instituição e contribuir para o seu sucesso.

15. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 417.317,71

Foi utilizado como metodologia do preço de referência, tendo por base nos incisos e parágrafos do caput do art. 23 da Lei 14.133/2021, complementarmente com a IN SEGES Nº 65/2021 (no caso de contratação de bens e serviços em geral).

O valor inicial estimado da contratação é de R\$ 417.317,71 (quatrocentos e dezessete mil trezentos e dezessete reais e setenta e um centavos).

16. Justificativa econômica da escolha da solução

Este documento apresenta a justificativa econômica para a escolha da Solução 3 – Aquisição de Novos Equipamentos – como a solução mais vantajosa para o CRCGO, considerando os custos e benefícios de curto e longo prazo.

Análise de Custos:

Solução 1: Contratação de Empresa para Manutenção Corretiva

- **Custos Previsíveis:**

- Pagamento à empresa de manutenção.
- Aquisição de peças de reposição.
- **Custos Imprevisíveis:**
 - Falhas inesperadas em equipamentos.
 - Substituição de equipamentos fora de linha de fabricação.
 - Aumento da frequência de manutenções corretivas.

Solução 2: Não Renovação do Parque de TIC

- **Custos Previsíveis:**
 - Nenhum custo imediato com aquisição de novos equipamentos.
- **Custos Imprevisíveis:**
 - Reparos inesperados de alto custo.
 - Perda de produtividade devido à indisponibilidade de equipamentos.
 - Insatisfação dos usuários e possível perda de membros.
 - Dificuldade na implementação de novas tecnologias.

Solução 3: Aquisição de Novos Equipamentos

- **Custos Previsíveis:**
 - Aquisição dos novos equipamentos.
 - Garantia do fabricante.
 - Manutenção preventiva.
- **Custos Imprevisíveis:**
 - Falhas inesperadas em equipamentos durante a garantia.

Análise de Benefícios:

Solução 1: Contratação de Empresa para Manutenção Corretiva

- **Benefícios Previsíveis:**
 - Menor investimento inicial em comparação com a compra de novos equipamentos.
- **Benefícios Imprevisíveis:**
 - Redução da necessidade de aquisição de novos equipamentos a curto prazo.

Solução 2: Não Renovação do Parque de TIC

- **Benefícios Previsíveis:**
 - Nenhum benefício econômico direto.
- **Benefícios Imprevisíveis:**
 - Redução da necessidade de aquisição de novos equipamentos a curto prazo (risco alto).

Solução 3: Aquisição de Novos Equipamentos

- **Benefícios Previsíveis:**
 - Aumento da produtividade dos colaboradores.
 - Redução de custos com reparos inesperados.
 - Melhoria na qualidade dos serviços prestados.
 - Maior satisfação dos usuários.
 - Atualização tecnológica e aumento da competitividade da instituição.
 - Redução do consumo de energia.
 - Maior segurança da informação.
 - Economia de custos com licenças de software a longo prazo (licenças vitalícias).

Retorno do Investimento (ROI):

A aquisição de novos equipamentos (Solução 3) apresentará um ROI positivo a longo prazo, considerando os benefícios mencionados acima e a redução dos custos com reparos inesperados, indisponibilidade de equipamentos e perda de produtividade.

Conclusão:

A análise econômica demonstra que a Solução 3 – Aquisição de Novos Equipamentos – é a opção mais vantajosa para o CRCGO, considerando os custos e benefícios de curto e longo prazo. Essa solução permitirá à instituição modernizar sua infraestrutura de TIC, otimizar seus processos, aumentar a produtividade dos colaboradores, reduzir custos com reparos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, garantindo um retorno positivo do investimento.

Recomenda-se fortemente a escolha da Solução 3 para que o CRCGO possa alcançar seus objetivos estratégicos e se manter competitivo no mercado.

Observações:

- A análise econômica apresentada neste documento é baseada em estimativas e projeções. Os valores reais podem variar de acordo com diversos fatores, como a escolha dos equipamentos, a empresa fornecedora e as condições do mercado.
- É importante realizar um estudo de viabilidade mais aprofundado para confirmar o ROI da Solução 3, considerando os custos específicos do CRCGO e os benefícios esperados.

17. Providências a serem Adotadas

Sem necessidade, conforme a seguir.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

RESULTADOS PRETENDIDOS

BENEFICIO	RESULTADOS PRETENDIDOS
PRODUTIVIDADE	Otimização de rotinas de trabalho e aumento de produtividade em virtude melhor adequação de equipamentos à necessidade dos usuários
DISPONIBILIDADE	Assegurar uma maior disponibilidade dos equipamentos através da contratação de garantia estendida.
SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS	Melhoria no grau de satisfação dos usuários de TI devido o provimento de infraestrutura adequada para a realização de suas atividades.

19. Infraestrutura tecnológica

Não há necessidade

20. Espaço Físico

Não haverá mudança no espaço físico

21. Mobiliário

Não há necessidade de adequação de mobiliário.

22. Impacto Ambiental

Não há efeitos ambientais, pois a demanda de energia consumida não será afetada com a instalação da atualização.

Os resultados pretendidos são os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação da solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADMILTON MARQUES DA SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 21/05/2024 às 07:43:05.

RODRIGO JUSTINIANO RIBEIRO

Equipe de apoio

CLEIDES GONCALVES TERRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/05/2024 às 16:47:06.

MAURICEIA DE SOUSA VILELA

Demandante



Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 08:44:10.

KEMMENY RODRIGUES FERREIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/05/2024 às 08:16:31.

24. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

24.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises técnicas e econômicas realizadas, a equipe concluiu que a Solução 3 – Aquisição de Novos Equipamentos – é a alternativa mais viável para atender às necessidades de modernização da infraestrutura de TIC do CRCGO. Esta justificativa apresenta os principais argumentos que sustentam essa decisão.

Necessidade de Modernização:

A infraestrutura de TIC do CRCGO está em processo de obsolescência, com equipamentos antigos e fora de garantia, o que gera diversos riscos para a instituição, como:

- **Redução da produtividade:** Equipamentos lentos e instáveis impactam negativamente na performance dos colaboradores, diminuindo a produtividade e a eficiência do trabalho.
- **Aumento de custos com reparos:** A frequência de falhas em equipamentos antigos aumenta os custos com reparos e manutenções, além de gerar custos inesperados com a substituição de peças fora de linha de fabricação.
- **Insatisfação dos usuários:** Equipamentos obsoletos e com baixa performance causam insatisfação entre os usuários, afetando o morale e a motivação dos colaboradores.
- **Impacto na prestação de serviços:** A indisponibilidade de equipamentos pode afetar o tempo de atendimento ao contabilista e a qualidade dos serviços prestados, prejudicando a imagem do CRCGO.
- **Dificuldade na implementação de novas tecnologias:** A infraestrutura atual limita a capacidade do CRCGO de adotar novas tecnologias que podem aprimorar seus processos e serviços.

Vantagens da Solução 3:

A aquisição de novos equipamentos (Solução 3) oferece diversos benefícios para o CRCGO, como:

- **Modernização da infraestrutura de TIC:** Equipamentos modernos garantem maior performance, confiabilidade e segurança, além de possibilitar a implementação de novas tecnologias.
- **Melhoria da produtividade:** Equipamentos mais rápidos e eficientes aumentam a produtividade dos colaboradores e otimizam os processos da instituição.
- **Redução de custos com reparos:** A garantia do fabricante e a menor frequência de falhas reduzem os custos com reparos e manutenções, proporcionando maior previsibilidade orçamentária.
- **Aumento da satisfação dos usuários:** Equipamentos modernos e confiáveis proporcionam uma melhor experiência para os usuários, diminuindo a insatisfação e aumentando a motivação.
- **Melhoria na qualidade dos serviços prestados:** A infraestrutura moderna contribui para a oferta de serviços de qualidade aos membros do CRCGO, fortalecendo a imagem da instituição.
- **Retorno do investimento (ROI) positivo:** A análise econômica demonstra que a Solução 3 apresentará um ROI positivo a longo prazo, considerando os benefícios mencionados acima e a redução dos custos com reparos, indisponibilidade de equipamentos e perda de produtividade.

Viabilidade da Contratação:

A equipe avaliou diversos aspectos relacionados à viabilidade da contratação da Solução 3, incluindo:

- **Disponibilidade orçamentária:** A instituição possui recursos orçamentários suficientes para a aquisição dos novos equipamentos.
- **Processo de licitação:** A realização de um pregão eletrônico garantirá a transparência e a competitividade na contratação dos equipamentos, buscando o melhor preço e qualidade para o CRCGO.
- **Impacto na rotina dos colaboradores:** A migração para os novos equipamentos será planejada e realizada de forma gradual, minimizando o impacto na rotina dos colaboradores.
- **Treinamento dos usuários:** A equipe de TIC fornecerá treinamento aos usuários para garantir o uso eficiente dos novos equipamentos.

Conclusão:

Diante das análises realizadas, a equipe conclui que a Solução 3 – Aquisição de Novos Equipamentos – é a alternativa mais viável para atender às necessidades de modernização da infraestrutura de TIC do CRCGO. Essa solução permitirá à instituição modernizar sua infraestrutura, otimizar seus processos, aumentar a produtividade dos colaboradores, reduzir custos com reparos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, garantindo um retorno positivo do investimento e contribuindo para o sucesso do CRCGO.

Recomenda-se fortemente a aprovação da Solução 3 para que o CRCGO possa dar início ao processo de aquisição dos novos equipamentos e iniciar a jornada de modernização da sua infraestrutura de TIC.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - CHIPCIA_2024_CRC_GO_Proposta_de_Desktops_e_Notebooks_v2.pdf (461.58 KB)
- Anexo II - Proposta_CRC_GO_CCom.pdf (907.82 KB)
- Anexo III - Compras.gov.br___Pesquisa_de_Precos.pdf (155.81 KB)

**Anexo I -
CHIPCIA_2024_CRC_GO_Proposta_de_Desktops_e_Notebo
pdf**



Solidez de mais de trinta anos de experiência.

Confiabilidade de uma empresa auditada e que valoriza o compliance.

Excelência dos serviços fundada em qualificação constante.

Altíssima Qualidade atestada por dezenas de clientes.

PROPOSTA DE: **Desktops e Notebooks**

A(o) **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOÍAS – CRC**

Em atenção do(a) Sr(a): **MAURICEIA VILELA**

Proposta Comercial - Versão: **1**

Responsável Comercial: **José Carlos Cerqueira**

Telefone: **(79) 2106-0606 | (79) 9 8118-4522**

E-mail: **jose.cerqueira@chipcia.com.br**

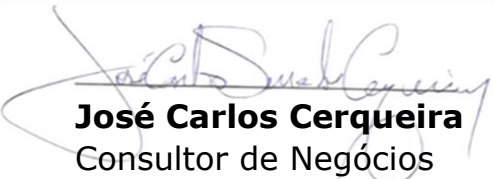
Data: 24 de abril de 2024

A CHIP tem a imensa satisfação de enviar esta proposta comercial com o objetivo de apoiar sua instituição, empresa ou órgão, a alcançar seus objetivos e metas utilizando nossos serviços de consultoria especializados.

Atuamos desde 1992 e somos especializados em soluções para datacenter, representantes de gigantes globais de tecnologia, tais como: **DELL Technologies, VMware, Microsoft e NetApp.**

Atendemos empresas públicas e privadas na regiões **Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sudeste.**

Prezamos por oferecer soluções de primeira linha, prestar serviços com a mais absoluta qualidade e jamais nos afastamos de fazer tudo seguindo as melhores práticas de compliance, ou seja, com integridade.



José Carlos Cerqueira
Consultor de Negócios



Av. Ministro Geraldo B. Sobral, 2100 | Edf. JFC Trade Center | Sala 1204
Bairro Grageru - Aracaju-SE | CEP 49027-255
Telefone: (79) 2106-0606 | Email: contato@chipcia.com.br
Site: www.chipcia.com.br

Especificações e Valores

Item	Descrição	QTD	Valor Unit.	Valor Total
1	DESKTOP: 14ª Geração Intel® Core™ i5-14500 ✓ Windows 11 Pro, português, Inglês, Francês, Espanhol ✓ 16 GB DDR5 (1x16GB) 5600MT/s ✓ SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 ✓ Placa de vídeo integrada Intel® ✓ Placa de Rede sem fio (WLAN) Intel AX210 ✓ Power Supply Unit (PSU) interno 300W, ✓ Teclado e mouse sem fio Dell Pro – KM5221W ✓ Monitor Dell de 23.8” S2421H ✓ 3 anos de garantia Dell com atendimento no local	24	R\$ 10.319,46	R\$247.667,04
2	NOTEBOOK: 14ª geração Intel® Core™ Ultra 5 ✓ Windows 11 Pro, Português, Inglês, Francês e Espanhol ✓ Full HD de 14" 1920x1080) ✓ 16 GB DDR5 (1x16GB) 5600MT/s; ✓ SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 ✓ Teclado com leitor de impressão digital ✓ Intel® Wi-Fi 6E AX211 ✓ 3 anos de garantia Dell com atendimento no local	8	R\$9.708,69	R\$ 77.669,52
3	NOTEBOOK: 14ª geração Intel® Core™ Ultra 7 (vPro®, 10-core, cache de 12 MB, até 5.2 GHz) ✓ Tela - Full HD de 13.3" (1920x1080) ✓ SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 ✓ 16GB DDR5 6400MT/s; ✓ Placa de vídeo - Intel® Iris® Xe Graphics ✓ 3 anos de garantia Dell com atendimento no local	1	R\$13.441,36	R\$ 13.441,36
VALOR TOTAL				R\$338.777,92



Av. Ministro Geraldo B. Sobral, 2100 | Edf. JFC Trade Center | Sala 1204
 Bairro Grageru - Aracaju-SE | CEP 49027-255
 Telephone: (79) 2106-0606 | Email: contato@chipcia.com.br
 Site: www.chipcia.com.br

Condições Comerciais

Validade da Proposta:	60 dias
Moeda:	Todos os valores desta proposta estão em real brasileiro (R\$).
Impostos:	Os valores indicados nesta proposta incluem todos os impostos incidentes e podem sofrer alterações, mesmo depois de aceita pelo cliente, em razão de mudança de alíquotas de impostos sobre eles incidentes (direta ou indiretamente) ou pela criação de novos impostos, sempre por determinação da legislação aplicável.
Condições de pagamento:	Faturamento CHIP - CNPJ: 32.850.497/0001-23
Prazo de Entrega:	45 (quarenta e cinco) dias, após autorização do cliente.
Informações Importantes:	<p>Diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), durante o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 1.945 e 5.659, que alterou o regime tributário das licenças de software, as quais passaram a ser tributadas (a partir de então) como serviços e não mais como mercadorias, informamos que as soluções/produtos composto por Mercadoria (Hardware) e Serviços (Licenças de software, serviço de instalação e configuração e extensão de garantia) serão faturadas da seguinte forma:</p> <p>Itens de hardware (equipamentos) como produtos, através de Nota fiscal de venda de mercadoria/produto (NF-e) tributado com ICMS;</p> <p>Os demais itens citados acima ocorrer como serviços através de Nota fiscal de Serviço (NFSe) tributado pelo ISS.</p>



Av. Ministro Geraldo B. Sobral, 2100 | Edif. JFC Trade Center | Sala 1204
Bairro Grageru - Aracaju-SE | CEP 49027-255
Telefone: (79) 2106-0606 | Email: contato@chipcia.com.br
Site: www.chipcia.com.br

Anexo II - Proposta_CRC_GO_CCom.pdf



CCOM INFORMÁTICA IMP. EXP. COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

CNPJ 07.471.301/0001-42. I.E 01.019.491/001-31

Rua 10 de junho, 690 –CEP: 69.901-270 – Casa Nova - Rio Branco -AC

Geral +55 68 3224-6011 E-mail: cristianoferreira@ccomshopping.com.br

Ao
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOÍAS – CRC

Proposta de Preço

Item	Descrição	UND	QTD	Valor Unit.	Valor Total
1	DESKTOP: 14ª Geração Intel® Core™ i5-14500 /Windows 11 Pro, português, Inglês, Francês, Espanhol /16 GB DDR5 (1x16GB) 5600MT/s /SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 / Placa de vídeo integrada Intel® /Placa de Rede sem fio (WLAN) Intel AX210 taxa de transferência de até 2400 Mbps, Wi-Fi 6E (802.11ax) 2x2 + Bluetooth 5.3 com Antena Externa / Power Supply Unit (PSU) interno 300W, Platinum / Qualificado ENERGY STAR /Registro EPEAT 2018 (Ouro / 3 anos de garantia Dell com atendimento no local / LGPD - Mantenha seu disco rígido - 3 anos /Teclado e mouse sem fio Dell Pro – KM5221W / Monitor Dell de 23.8" S2421HN / 3 anos de suporte avançado para monitor.	Unid.	24	R\$10.088,73	R\$242.129,59
2	NOTEBOOK: 14ª geração Intel® Core™ Ultra 5 / Windows 11 Pro, Português, Inglês, Francês e Espanhol /Intel® Integrated Graphics (Para processador Intel® Core i5-1345U) /Full HD de 14" 1920x1080), 250nits, WVA/IPS, WLAN - Anti Glare, Câmera Full HD /16 GB DDR5 (1x16GB) 5600MT/s; Expansível até 64GB, (2 slots soDIMM) SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 35) / Teclado com leitor de impressão digital, sem SIM slot, Discrete Graphics / Intel® Wi-Fi 6E AX211, 2x2, 802.11ax, placa de rede wireless com Bluetooth® Bateria de 3 Células e 54 Whr, Long Life Cycle, (3 anos de garantia) / Câmera FHD, Temporal Noise Reduction, Câmera Shutter, Mic/Adaptador CA 65 Watts 4.5mm Barrel (Bivolt) / Qualificação ENERGY STAR / EPEAT 2018 Registered (Silver) / 3 anos de garantia Dell com atendimento no local / LGPD - Mantenha seu disco rígido - 3 anos.	Uni.	08	R\$ 9.491,62	R\$ 75.932,97
3	NOTEBOOK: 14ª geração Intel® Core™ Ultra 7 (vPro®, 10-core, cache de 12 MB, até 5.2 GHz) / Sistema operacional - Windows 11 Pro, PortuguêsPlaca de vídeo - Intel® Iris® Xe Graphics / Tela - Full HD de 13.3" (1920x1080), 300nits, IPS, WLAN, compatível com WWAN 4G - Touch, Anti Glare, Câmera Full HD IR + Intelligent Privacy + 2 em 1 Memória - 16GB DDR5 (soldada) 6400MT/s; Sem opção de expansibilidade /Armazenamento - SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 (Classe 35) / Modelo de ref.: Novo Notebook Latitude 5350 / 3 anos de garantia Dell com atendimento no local / LGPD - Mantenha seu disco rígido - 3 anos	Unid.	01	R\$13.140,84	R\$ 13.140,84
Valor Total					R\$ 331.203,40

Valor total da proposta: **R\$ 331.203,40 (Trezentos e trinta e um mil, duzentos e três reais e quarenta centavos)**

					Pág. 1
--	--	--	--	--	--------



CCOM INFORMÁTICA IMP. EXP. COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

CNPJ 07.471.301/0001-42. I.E 01.019.491/001-31

Rua 10 de junho, 690 –CEP: 69.901-270 – Casa Nova - Rio Branco -AC

Geral +55 68 3224-6011 E-mail: cristianoferreira@ccomshopping.com.br

Validade da Proposta: 30 (Trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.;

Prazo de Entrega: 45 (Quarenta e cinco) dias;

Rio Branco, Acre 26 de Abril de 2024

C. Com Informática Import. Export. Com. E Indústria Ltda.

Cristiano Silva Ferreira

RG: 0271417SSP/AC

CPF: 421.873.622-72



Anexo III - Compras.gov.br___Pesquisa_de_Precos.pdf



Pesquisa de Preços

Concluída


[Informações Básicas](#) >

[Itens](#) >

[Nota Técnica](#) >

[Resumo](#) >

Valor total da pesquisa de preços:

R\$ 89.345,5550



Itens (Materiais ou Serviços)

[Voltar](#)

Número da pesquisa

34/2024

UASG

926864

Editado por

MAURICEIA DE SOUSA VILELA

Lista de itens adicionados para pesquisa de preços

Nº	Descrição	Quantidade	Unidade	Atualizado em	Média	Mediana	Ações
1	458740 - Impressora Térmica Resolução: 203 DPI, Tipo Conexão: Serial RS232 E Usb 2.0 , Compatibilidade: Windows 7 ou Superior , Aplicação: Impressão De Etiquetas	2	Unidade	29/04/2024	R\$ 2.034,8989	R\$ 1.277,1250	
2	609298 - Leitora Código Barra Tensão Alimentação: 5 VDC, Tipo: Pistola Laser , Varredura: 200 Varreduras Por Segundo , Conexão: Usb , Tipo Acionamento: Gatilho , Resolução: 0,125 Mm , Potência: 70 Ma , Comprimento Cabo: 1,4 M, Distância Leitura Contato: 50 Mm, Tipo Leitura: Bidirecional	2	Unidade	29/04/2024	R\$ 474,0800	R\$ 278,0000	
3	603950 - Coletor Dados Material Gabinete: Plástico Abs Injetado , Tipo: Leitor De Código De Barras E Qr Code , Capacidade Memória: 4 MB, Tipo Comunicação: Usb , Tipo Visor: Sem Visor , Características Adicionais: Com Fio, Portátil, Leitura: 1d , Resolução: 400 Mhz MH	2	Unidade	29/04/2024	R\$ 7.256,8508	R\$ 275,7750	
4	27502 - Cessão temporária de direitos sobre programas de computador e locação de software	18	UNIDADE	29/04/2024	R\$ 816.034,8944	R\$ 4.222,8800	
5	602371 - Disco Magnético Memória: 6 TB., Aplicação: Armazenamento Dados , Tamanho: 120,6 X176 X 36,6 MM, Modelo: Steb6000403 , Características Adicionais: Cabo Usb 3.0 De 120 Cm, Fonte De Alimentação , Interface: Usb 3.0 , Tipo: Externo Expansion	5	Unidade	29/04/2024	R\$ 814,6637	R\$ 853,3750	



I	6	429835 - Estabilizador Tensão Tensão Alimentação Entrada: Bivolt V, Tipo: Microprocessador Função True Rms , Quantidade Tomadas Saída: 6 , Capacidade Nominal: 2000 VA, Tipo Alarme: Led Indicador Das Condições Rede Elétrica , Componentes: Fusível Rear móvel	8	Unidade	29/04/2024	R\$ 1.009,9040 R\$ 675,6300 
---	---	--	---	---------	------------	---

Mostrando 1 a 6 de 6 registros

« < 1 > »

10 

